



RELATÓRIO 2014



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Relatório Anual 2014

Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul

Período de apuração: Outubro/2013 a Setembro/2014



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Defensoria Pública do Rio Grande do Sul

Rua Sete de Setembro, 666

Centro Histórico

Porto Alegre/RS

(51) 3211-2233



www.defensoria.rs.gov.br



[@_defensoriaRS](https://twitter.com/_defensoriaRS)



facebook.com/defensoriars



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Defensoria Pública-Geral

Defensor Público-Geral do Estado
Nilton Leonel Arnecke Maria

Defensora Pública-Chefe de Gabinete
Miriane Tagliari

Subdefensorias Públicas-Gerais

Subdefensor Público-Geral do Estado para
Assuntos Institucionais
Marcelo Dadalt

Defensores Públicos-Assessores Institucionais
Irvan Antunes Vieira Filho
Mauro Kaufmann Pereira
Paulo André Carrard

Subdefensor Público-Geral do Estado para
Assuntos Jurídicos
Felipe Kirchner

Defensores Públicos-Assessores Jurídicos
Jaderson Paluchowski
Rodolfo Lorea Malhão

Subdefensora Pública-Geral do Estado para
Assuntos Administrativos
Luciana Pereira Kern

Defensores Públicos-Assessores Administrativos
Fabiane Lontra
Larissa Ferreira Rocha Caon
Loraina Raquel Scottá

Ouvidoria-Geral

Ouvidor-Geral
Bruno Pinto de Freitas

Corregedoria-Geral

Corregedora-Geral
Yara Nasario

Defensores Públicos-Corregedores
Alessandro Genaro Soares Lema
André Castanho Giroto
Bruno Miguel Gil

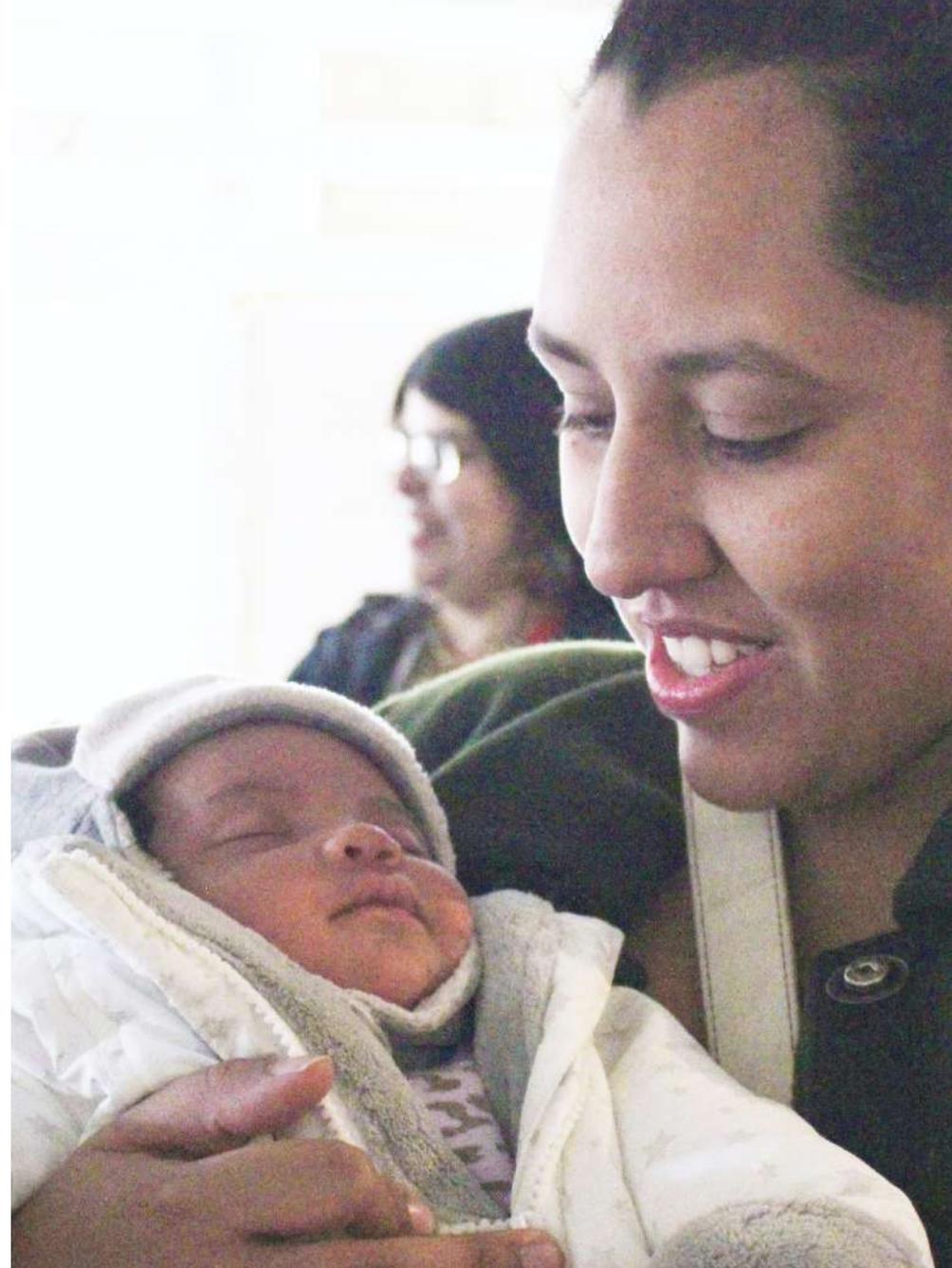
Conselho Superior

Nilton Leonel Arnecke Maria (Presidente)
Marcelo Dadalt
Yara Nasario
Miguel Seadi Júnior
Andrey Régis de Melo
Adriana Hervé Chaves Barcellos
Eduardo Marengo Rodrigues
Samara Wilhelm Heerd
Débora de Oliveira Dias Torres
Bruno Pinto de Freitas (Ouvidor-Geral)
Lisiane de Cassia Zanette Alves (Adpergs)

Palavra do Defensor Público-Geral	6	Comissão Permanente de Licitações	38
Muito além da prestação de contas	7	Diretoria de Logística	39
Nossa História	8	Diretoria de Tecnologia da Informação.....	40
Defensoria Pública completa 20 anos no Estado.....	9	O trabalho da Defensoria Pública	42
Linha do Tempo.....	10	Quadro Geral de Atividades	44
Perfil e Atribuições	12	Atendimentos realizados	45
Atribuições dos Defensores Públicos.....	14	Comparativo de Atendimentos em 2013 x 2014	46
Perfil dos Defensores Públicos	15	Evolução da Produtividade.....	47
Perfil das Atribuições	16	Núcleos Especializados.....	48
Critérios de atendimento	17	Atenção especial às principais áreas de atuação	50
Estrutura Organizacional.....	18	Núcleo de Defesa Agrária e Moradia	51
Organograma da DPERS.....	20	Núcleo de Defesa Cível	51
Defensoria Pública-Geral	21	Núcleo de Defesa Ambiental.....	52
Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais.....	22	Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas	52
Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos	23	Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente.....	53
Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos	24	Núcleo de Defesa Criminal	53
Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado	25	Núcleo de Defesa da Mulher.....	54
Corregedoria-Geral da Defensoria Pública	26	Núcleo de Defesa da Saúde	54
Ouvidoria-Geral	27	Núcleo de Defesa em Execução Penal.....	55
Defensorias Públicas Regionais.....	28	Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos	56
As Defensorias e os Defensores na Estrutura Organizacional....	29	Ações Especiais	58
Diretoria-Geral	30	Educação em direitos pelas ondas do rádio	60
Organograma da Diretoria-Geral.....	32	Exame de DNA: “Uma prova de amor e respeito”.....	61
Diretoria-Geral.....	33	Uma Defensoria Pública Sem Fronteiras: Força Nacional no	
Diretoria Financeira e de Contratos	34	Maranhão	62
Diretoria de Recursos Humanos	37	Atuação no Timor-Leste	63

Sumário

Comemoração 20 anos da Defensoria Pública	64
Unidades de Atendimento e Equipe de Mediação	65
Unidade Móvel e Defensoria Pública Itinerante	66
Projeto Defensoria das Famílias	68
Regularização dos Imóveis da Extinta Cohab	70
IV Concurso Público para Defensor Público	71
Projeto de Modernização Institucional	72
Por um futuro com mais acesso à Justiça.....	73
CECADEP	74
Auxiliando a DPERS a cumprir sua missão	75
Atuação na Copa do Mundo	76
Comissão de Monitoramento dos Efeitos da Copa e Megaeventos	77
Ingresso de novos servidores.....	80
Fortalecimento da Defensoria Pública com o ingresso de servidores.....	81
Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH.....	82
Uma conquista da Defensoria Pública para o cidadão	83
Defensoria Pública na mídia.....	84
Desafios e Perspectivas	96
O fortalecimento necessário para avançar.....	98
Fale Conosco	100
Unidades de Atendimento	101
Relatório Anual 2014 - Realização	103





Palavra do Defensor Público-Geral

Muito além da prestação de contas

Com o espírito de celebração pelos 20 anos da Defensoria Pública no nosso Estado e pelas conquistas obtidas neste período, apresento à população e aos Poderes Constituídos o relatório das principais atividades realizadas pela Defensoria Pública durante o ano. Esta edição traz, de forma inédita, um capítulo específico sobre as características da nossa Defensoria, mesclando dados sobre o dimensionamento das atribuições e o perfil dos próprios Defensores Públicos gaúchos, o que possibilitará ao leitor conhecer ainda mais a Instituição.

A posse dos servidores técnico-administrativos e dos analistas permitiu uma melhor estruturação para as Defensorias Públicas e a racionalização do atendimento para a população. O Relatório demonstra que, mesmo com a diminuição do número de Agentes, decorrente de aposentarias e exonerações, manteve-se o patamar da produtividade, ultrapassando meio milhão de pessoas atendidas entre outubro de 2013 e setembro de 2014.

O ingresso de servidores com qualificação em áreas específicas melhorou a estrutura dos Órgãos de Administração, permitindo a solução mais rápida das demandas internas e em todas as sedes distribuídas pelo Estado.

O capítulo destinado à atuação dos Núcleos

Especializados destaca a promoção de ações, os estudos, os atos normativos, o auxílio e o intercâmbio permanente entre os Agentes com a finalidade de qualificar o atendimento ao cidadão.

O leitor poderá verificar que a Instituição vai além do atendimento individual e primordial do cidadão, ao realizar ações especiais. Um dos destaques foi o apoio a outras Defensorias Públicas do país, como, por exemplo, a participação na Força Nacional no Estado do Maranhão, com atendimento aos presos do Complexo de Pedrinhas, em São Luís. Outras ações importantes presentes no relatório são a educação em direitos por meio de entrevistas e programas de rádio, o atendimento itinerante com a unidade móvel, levando a Defensoria Pública ao encontro da população, e a atuação estratégica durante a Copa do Mundo.

Este relatório objetiva não apenas prestar contas à sociedade, mas também resgatar a história, exaltar o presente e projetar o futuro da Instituição. Desta forma, com novos desafios e perspectivas, busca-se o crescimento da Defensoria com o norte na excelência do atendimento e na defesa do cidadão.

Nilton Leonel Arnecke Maria
Defensor Público-Geral do Estado



Nossa História



Defensoria Pública completa 20 anos no Estado

O ano de 2014 é especialmente celebrado pela Defensoria Pública devido aos 20 anos de sua instalação no RS no formato previsto pela CF/88. Como se pode observar na próxima página, a história da Instituição remonta aos “advogados de ofício” e aos “assistentes judiciários”, cujo concurso foi realizado na década de 70. Muitas foram as batalhas para sua criação e instalação, dando efetivo cumprimento ao artigo 134, §1º, da CF/88, que ordenava ao Estado prestar assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente, proporcionando o acesso à Justiça, entendido não apenas como o acesso ao Poder Judiciário, mas também à ordem jurídica justa e ao pleno exercício da cidadania.

Após sua instalação, seguiram-se as conquistas pelo crescimento e fortalecimento da Defensoria Pública, como a criação de cargos de Defensor Público, a realização de três concursos públicos para ingresso de Agentes na carreira, a criação do quadro auxiliar de servidores, a realização do primeiro concurso para o ingresso de servidores de apoio, a presença da Instituição na quase totalidade das comarcas do nosso território, entre outras.

A Lei Complementar 132/2009 estabeleceu, de forma expressa, a missão institucional da Defensoria de

promoção, difusão e conscientização de direitos humanos e a legitimidade para propor ação civil pública. Esse avanço foi consagrado pela recente Emenda Constitucional 80/2014, que alterou o artigo 134 da CF/88 e consolidou a Defensoria Pública como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos aos necessitados.

A Emenda Constitucional consolida elementos estruturantes e conceituais à definição do papel e missão da Instituição, como seu atrelamento ao Estado Democrático de Direito, sua vocação para

a solução extrajudicial dos litígios de forma prioritária e a promoção dos direitos humanos, bem como encerra discussões sobre a legitimidade para as tutelas individuais e coletivas. E mais, a definição “expressão e instrumento do regime democrático” corrobora a ideia de que a Defensoria Pública, como instrumento de efetivação de direitos humanos, possibilita que a população marginalizada e vulnerável conheça melhor os seus direitos e reivindique-os. Esse exercício da cidadania permite a participação efetiva na construção de uma verdadeira democracia.

A Defensoria Pública possibilita que a população conheça melhor os seus direitos e reivindique-os. Esse exercício da cidadania permite a participação efetiva na construção de uma verdadeira democracia

Linha do Tempo

O serviço de assistência judiciária no RS existe há mais de quatro décadas. Nos anos 60, este trabalho era realizado pelos chamados “advogados de ofício”, já que não existia uma instituição como a Defensoria Pública. A atividade integrava a Consultoria-Geral do Estado. Alguns anos mais tarde, a Consultoria passou a ser denominada de Procuradoria-Geral do Estado. Com o objetivo de aprimorar o atendimento jurídico gratuito, criou-se a carreira de Assistente Judiciário, substituindo, assim, os “advogados de ofício”, que não tinham dedicação integral. Em maio de 1994, nasceu a DPERS, em atenção à determinação da Constituição Federal de 1988, uma Instituição dotada de independência e cujos Agentes desfrutam de prerrogativas similares às dos magistrados e promotores. Hoje, a Defensoria Pública do Estado é uma Instituição consolidada e presente no cenário político estadual.



Instalação da DPERS

Nasce a DPERS

1991 - LCE 9.230 cria a Defensoria Pública do RS (DPERS), sendo os cargos preenchidos por assistentes judiciários

1994 - Aperfeiçoamento e normatização da legislação Federal e Estadual

1999 - I Concurso Público para Defensor Público é realizado

1994

Nova Constituição

1980 - Unidade de Assistência Judiciária da PGE recebe assistentes judiciários aprovados em concurso

1988 - CF/88 cria Defensoria Pública

1989 - No RS, Constituição Estadual prevê Defensoria Pública Estadual

1980

Assistente Judiciário

1974 - É instituído cargo de Assistente Judiciário

1977 - Abertura de Concurso para Assistente Judiciário

1970

PGE

1961 - Procuradoria Geral do Estado (PGE) assume atividades com atuação de consultores jurídicos e advogados de ofício

1960

Advogados de Ofício

1957 - RS designa advogados de ofício para varas criminais e cíveis em POA

1950

Direito Fundamental

1934 - Assistência gratuita é direito fundamental na CF/34

1930



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Preparando o futuro

EC 80 determina que Estados dotem todas as comarcas de Defensores Públicos

Abertura do IV Concurso para Defensor Público

2014

Aprovada Lei 14.554 que cria mais 44 cargos de Defensor Público

Inicia Projeto de Modernização Institucional com financiamento do BNDES

DPERS estruturada com:
459 cargos de Defensor Público
- 379 providos
- 80 vagos
700 cargos Técnicos/Analistas
- 299 providos
- 401 vagos

Fonte: DRH, 30/09/14

Um novo tempo

2010 -

- * III Concurso para Defensor Público
- * É criada a Ouvidoria-Geral
- * Conselho Superior é regulamentado

2011 - Lei 13.821 cria o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da DPERS

2010

2012 -

- * I Concurso Público para Servidores da DPERS
- * DPERS conta 415 cargos de Defensor Público, sendo 389 providos e 37 vagos

2013 - Primeiros servidores concursados da DPERS tomam posse

Estruturação

2000 - 1ª turma de Defensores Públicos concursados toma posse

2002 - LCE 11.795 estabelece o Estatuto dos Defensores do RS

2004 - DPERS passa a ter autonomia administrativa, funcional e orçamentária

2005 - II Concurso para Defensor Público

2000

2008 - DPERS registra 345 cargos providos de Defensores Públicos

2009 - Lei 13.224 cria 23 cargos de Defensor Público



Perfil e Atribuições

“Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.”

Atribuições dos Defensores Públicos

Os Defensores Públicos são Agentes com formação em Ciências Jurídicas e Sociais, que ingressam na carreira mediante aprovação em concurso público. Com o objetivo de levar a Justiça para todos os cidadãos, fortalecendo o princípio da igualdade e garantia da cidadania, foram conferidas aos Defensores Públicos diversas funções, dentre elas:

- prestar orientação jurídica e exercer a ampla defesa e o contraditório dos necessitados em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;
- promover a ação civil pública e todas as

espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

- representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, assim como promover a difusão e a conscientização desses direitos;
- exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos das crianças e dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, das mulheres vítimas da violência doméstica e familiar e de outros grupos vulneráveis que mereçam especial proteção do Estado;
- atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciárias e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais.



Foto: Ascom/DPERS

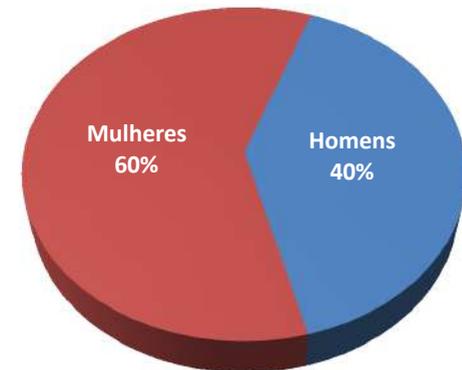
A legislação possibilita a atuação da Defensoria Pública do Estado em praticamente todas as áreas do Direito, merecendo destaque as atribuições exercidas nas searas Civil, Família, Saúde, Consumidor, Criança e Adolescente, Tributário, Administrativo, Criminal, Direitos Humanos, Execução Penal, Ambiental, Violência contra a Mulher, Regularização Fundiária, entre tantas outras.

Perfil dos Defensores Públicos

Uma Instituição formada por Agentes jovens e profissionais, predominantemente, do sexo feminino. Esse é o resultado do levantamento que traça o “Perfil dos Defensores Públicos” gaúchos.

A maioria das Defensoras Públicas – que representam 60% do universo de Agentes – está na Classe Inicial e tem idade entre 31 e 35 anos. O quadro abaixo aponta, ainda, que a faixa etária média dos Defensores Públicos é de 39

anos, tanto para os homens quanto para as mulheres. Hoje, apenas 19 Defensores(as) Públicos(as) têm mais de 60 anos de idade e 51 Agentes estão na Classe Especial da carreira.



Classe	Mulheres	Homens	Total
Inicial	102	71	173
Intermediária	51	33	84
Final	42	29	71
Especial	31	20	51
Total	226	153	379

Faixa Etária	Mulheres	Homens	Total
25 - 30	15	20	35
31 - 35	71	36	107
36 - 40	58	38	96
41 - 45	47	34	81
46 - 50	9	7	16
51 - 60	13	12	25
61 - 69	13	6	19
Total	226	153	379

Faixa Etária Média	Mulheres	Homens	Total
	39	39	39

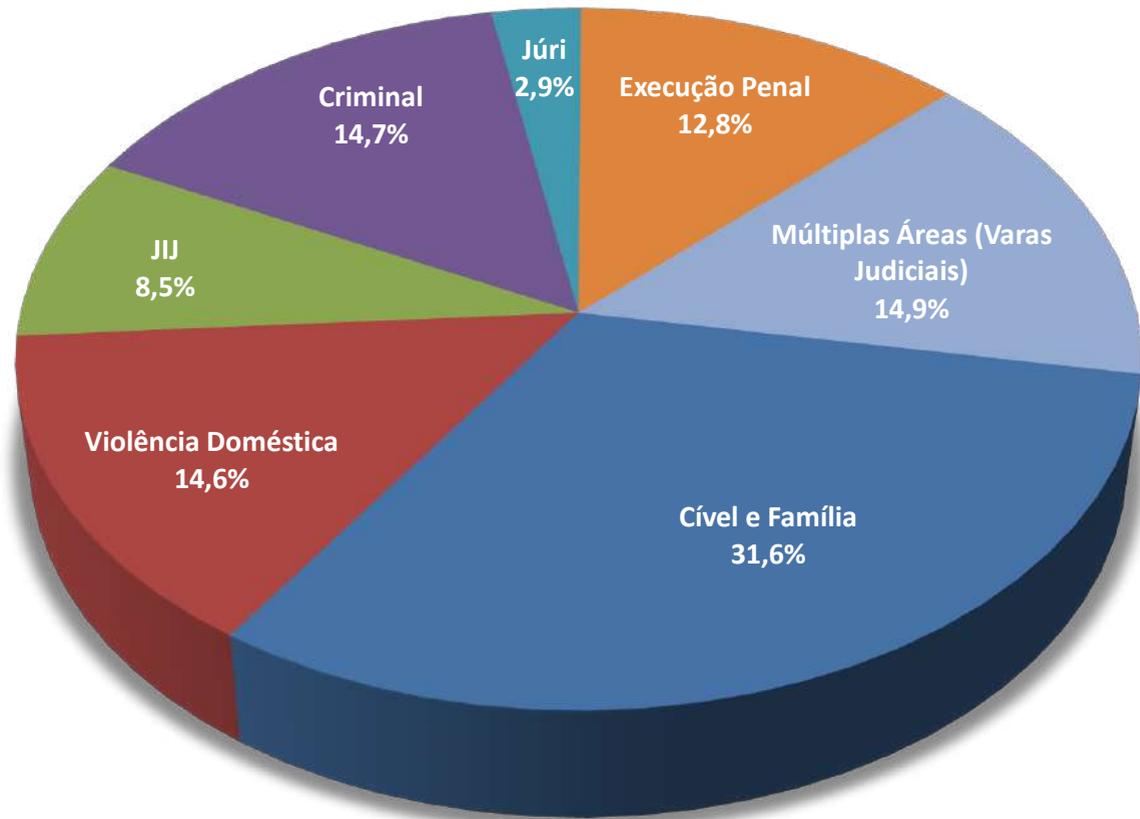


Perfil das Atribuições

Já o estudo do “Perfil das Atribuições” demonstra o equilíbrio na distribuição dos Defensores Públicos nas diversas áreas de atuação.

Deve ser destacado que 31,6% desse universo tem envolvimento focado nas áreas de Direito Cível e Família, enquanto que 30,4% dedicam-se à área criminal, à atuação em processos de Júri e às inúmeras demandas envolvendo a execução penal.

A Infância e Juventude (8,5%) e a violência doméstica (14,6%) também têm destaque no gráfico, bem como o expressivo número de Agentes que, na lida diária, enfrentam uma multiplicidade de assuntos, atuando em Varas Judiciais não especializadas (14,9%).



*envolvimento dos Órgãos de Execução por área.

31,6% do universo tem envolvimento focado nas áreas de Direito Cível e Família

Critérios de atendimento

A Defensoria Pública presta atendimento a todas as pessoas que estejam em condição de vulnerabilidade econômica, bem como àquelas que, por razão de idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias outras (sociais, étnicas e/ou culturais), encontrem dificuldades em exercitar seus direitos.

Consideram-se economicamente vulneráveis todas as pessoas que comprovarem renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos nacionais, observando-

se os ganhos totais brutos da sua entidade familiar.

O atendimento prestado obedece à previsão constitucional, bem como, à doutrina e à jurisprudência sobre o tema. É voltado à pessoa imersa nas vicissitudes econômicas, sociais, étnicas e/ou culturais de sua existência no contexto individual, familiar e social.

No quadro ao lado, estão as possíveis deduções para aferição da renda familiar (três salários mínimos) para fins de atendimento.

Aferição da renda familiar

- Meio salário mínimo por dependente;
- Parcelas devidas por lei ou determinação judicial, tais como impostos incidentes sobre a renda, verbas previdenciárias e pensão alimentícia;
- Gastos ordinários com a moradia familiar, tais como despesas de água e energia, condomínio, aluguel e financiamento imobiliário para a aquisição de bem de família, até o limite de um salário mínimo nacional.



Vulnerabilidade Econômica



Vulnerabilidade por razão da idade, gênero, estado físico ou mental



Vulnerabilidade por circunstâncias sociais, étnicas ou culturais



DEFENSORIA
PÚBLICA

PRÉDIO SEDE



Estrutura Organizacional

“Art. 98. O número de Defensores Públicos na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública e à respectiva população.”

**Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com
redação dada pela Emenda Constitucional 80/14**

Organograma da DPERS

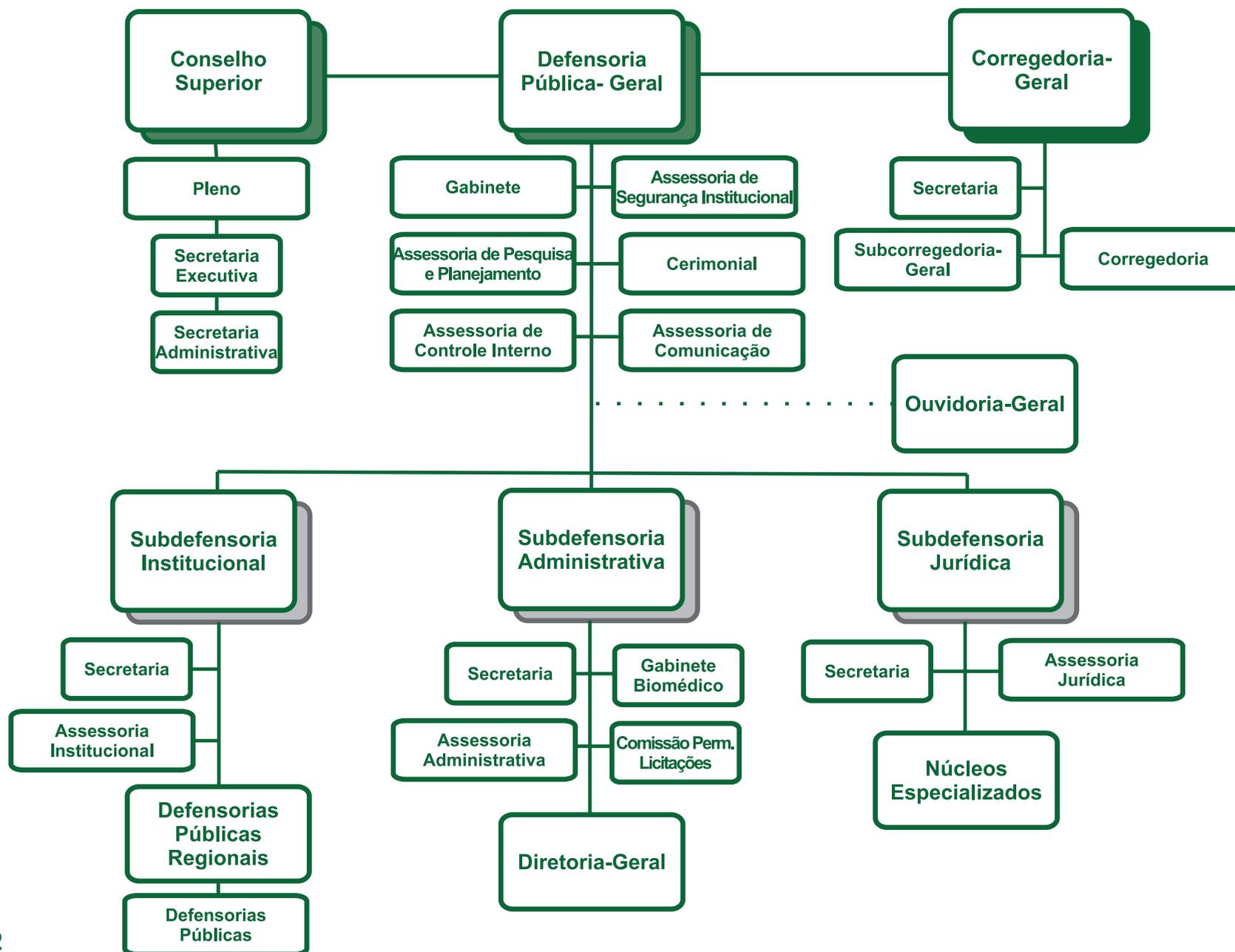




Foto: Ascom/DPERS

Realizações importantes no período

- Posse e exercício de 180 servidores técnicos e 150 servidores analistas, contemplando 123 Defensorias Públicas Regionais com apoio técnico e 54 com analista.
- Contratação e início da execução do financiamento de R\$ 44 milhões, obtido junto ao BNDES para o Projeto de Modernização Institucional (PMI) da DPERS.
- **Criação de 44 cargos de Defensores Públicos**, sendo 30 cargos da Classe Especial e 14 cargos da Classe Final, proporcionando melhora e ampliação no atendimento à população.

Defensoria Pública-Geral

O órgão máximo da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul é a Defensoria Pública-Geral. A esta compete dirigir, superintender e coordenar as atividades da Instituição, bem como orientar sua atuação. Também é incumbida de representar a Instituição judicial e extrajudicialmente, assim como junto ao Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege).

Diante da autonomia funcional, administrativa e financeira, cabe a ela praticar atos de gestão, abrir concurso público e prover os cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares, além de compor os seus órgãos de administração superior e de atuação. Organizar, ainda, os serviços auxiliares, entre outras competências decorrentes da autonomia, respeitando os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

A Defensoria Pública-Geral dialoga com os demais Poderes e Instituições do Estado

Não se pode olvidar que, paralelamente à gestão administrativo-funcional, cabe à Defensoria Pública-Geral o diálogo permanente com os demais Poderes e Instituições do Estado, buscando-se sempre o fortalecimento e o aprimoramento do acesso à justiça ao cidadão hipossuficiente ou vulnerável.

Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais

A Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais é o órgão da Administração Superior que defende as prerrogativas de seus Agentes e articula a cooperação com os demais Poderes da República, entidades de Estado e sociedade civil organizada. Internamente, estimula a integração vertical dos órgãos de administração (Defensorias Públicas Regionais), de atuação (Núcleos Especializados e as Defensorias Públicas) e de execução (Defensores Públicos).



Realiza o planejamento, implementa e coordena as atividades institucionais desenvolvidas por esses órgãos, estabelecendo as rotinas e as escalas de trabalho e dirimindo dúvidas sobre este aspecto de atuação. Organiza a atuação das Defensorias Públicas e acompanha o trabalho desempenhado pelos Defensores Públicos, sendo destinatária dos seus relatórios mensais de atividades.

Ao compilar dados estatísticos da Instituição, processa e opina nas solicitações de atividades extraordinárias ou mesmo nos afastamentos dos seus membros, sempre atenta à continuidade e à manutenção da qualidade do serviço público prestado.

Ações de destaque no período

- Planejamento e implementação do regime especial de atendimento durante o recesso do Poder Judiciário. No período, foi disponibilizada central telefônica, que recebeu 731 ligações, e a UCAA prestou 245 atendimentos presenciais.
- Articulação externa para monitorar a perspectiva de crescimento das demais instituições, colaborando com o planejamento estratégico da DPERS.
- Estudos para criação de novas Defensorias a partir do acréscimo de 44 cargos (Lei 14.554/14) e da promulgação da EC 80/14, que fixa prazo de oito anos para o provimento de Defensores Públicos em todas as Comarcas.

Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos

À Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos compete a representação jurídica da Instituição, além da atuação processual e extraprocessual no acompanhamento das demandas de interesse da Defensoria Pública. Exemplo disso é a atuação junto ao Órgão Pleno do Tribunal de Justiça, no acompanhamento dos processos dos assistidos, e junto ao Tribunal de Contas, na defesa dos gestores públicos vulneráveis.

Além disso, a Subdefensoria Jurídica emite pareceres acerca das questões administrativas e auxilia a Defensoria Pública-Geral na edição de atos normativos internos e na elaboração de projetos de lei a serem encaminhados à Assembleia Legislativa. No Parlamento, acompanha o processo legislativo das proposições da DPERS e das legislações de interesse institucional, contribuindo para o diálogo democrático.

A Subdefensoria presta assistência aos Defensores Públicos, com a padronização e a inserção de novas teses jurídicas, resguardando e amparando a atuação dos Agentes, garantindo a independência funcional, por meio da assessoria jurídica, bem como por meio de interlocução com os Núcleos Especializados.

Ações de destaque no período

- Campanha “Semana de Divulgação e de Educação em Direitos” no Largo Glênio Peres.
- Projeto de atendimento e ajuizamento de ações na unidade móvel da DPERS, com apoio de estudantes, em parceria com a PUC/RS e com o Procon.
- Atuação de divulgação institucional e acompanhamento de ocorrências envolvendo adultos e adolescentes no Planeta Atlântida.



Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos

Dentre suas principais atribuições, a Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos planeja, implementa e coordena as atividades administrativas dos órgãos de administração, de atuação e de execução da Defensoria Pública. A esta compete, assim, a política administrativa da Instituição. Cumpre-lhe, ademais, o aparelhamento das instalações físicas das Defensorias Públicas espalhadas por quase a totalidade de Comarcas do Estado e de sua sede na Capital.

Também lhe compete a importante tarefa de

coordenar a elaboração da proposta orçamentária, o que implica planejamento e estabelecimento de projetos e metas a serem executados no ano financeiro subsequente.

O desafio está em automatizar procedimentos para humanizar o atendimento à população vulnerável que busca auxílio e alento junto aos Agentes institucionais. Tal melhoria não poderia ser alcançada sem a otimização das atividades-meio e fim por ocasião da implantação de sistemas informatizados desenvolvidos e adaptados à realidade de capilarização dos serviços da Defensoria Pública.

Ações Administrativas de Destaque

- Efetivação do exercício de 330 servidores de Nível Médio e Superior, oriundos do 1º Concurso para Provimento do Quadro de Serviços Auxiliares da Defensoria Pública do Estado.
- Inauguração de 13 novas sedes da Defensoria Pública no interior do Estado, como escopo de melhoria na estrutura de atendimento para o público-alvo da Instituição.
- Implantação do Projeto de Modernização Institucional (PMI), financiado pelo BNDES, que tem como principal objetivo reduzir a exclusão social pela ampliação e reestruturação do acesso ao sistema de justiça.



Foto: Ascom/DPERS

Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado

Possuindo papel fundamental nos rumos da Instituição, tendo competência para atividades consultivas, normativas e decisórias, o Conselho Superior é órgão da Administração Superior da Defensoria Pública.

Ao Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado compete, por exemplo, editar assentos em matérias como a discussão e a deliberação sobre a autonomia funcional e administrativa da Instituição, as decisões acerca de remoção e reversão dos integrantes da carreira e sobre a organização de concurso para provimento de cargos da carreira de Defensor Público do Estado e do quadro auxiliar de servidores da Instituição.

Merece destaque a sua composição democrática, uma vez que conta com três membros natos (Defensor Público-Geral, que o preside, o Subdefensor Público-Geral para Assuntos Institucionais e o Corregedor-Geral), e outros seis

representantes da carreira, no mínimo 1 de cada classe, eleitos pelo voto direto, plurinominal, obrigatório e secreto de seus membros. Além disso, possuem assento e voz no Conselho Superior o presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado (Adpergs) e o Ouvidor-Geral.

Reuniões Realizadas pelo Conselho Superior	
Ordinárias	8
Extraordinárias	6

Realizações importantes no período

- Publicação da Resolução CSDPERS 10/2013, que aprova o Regulamento do IV Concurso para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul;
- Publicação da Resolução CSDPERS 11/2013, que cria o Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, define sua competência, atribuições, estrutura e dá outras providências;
- Publicação da Resolução CSDPERS 12/2013, que aprova e regulamenta as Defensorias Públicas Regionais da Defensoria Pública do Estado e dá outras providências.

Corregedoria-Geral da Defensoria Pública

A Corregedoria-Geral é o órgão da Administração Superior responsável pela orientação e fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros dos servidores da Defensoria Pública. Para tanto, realiza inspeções nas Defensorias Públicas e outras atividades voltadas ao aprimoramento da atividade funcional de todos os Agentes e servidores. A ela compete editar normas objetivando a regularidade e o aperfeiçoamento do serviço, receber e processar representações, além de outras funções legalmente previstas.

A Corregedoria-Geral avalia, atualmente, 98 Defensores Públicos em estágio probatório, responde a consultas verbais e escritas, expede orientações gerais e específicas e promove encontros periódicos com os Agentes.

Números em destaque no período

Ação	Realizações
Correções ordinárias	1
Correções extraordinárias	2
Inspeções	56
Orientações escritas	83
Orientações verbais e por e-mail	662
Normativas expedidas	10
Avaliações de estágios probatórios	67
Pareceres expedidos	77
Análise de justificativa para não interposição de recurso	259
Propostas de alteração de atribuições e criação de Defensorias Públicas Especializadas	37

Atualmente, 98 Defensores Públicos em estágio probatório estão em processo de avaliação pela Corregedoria-Geral

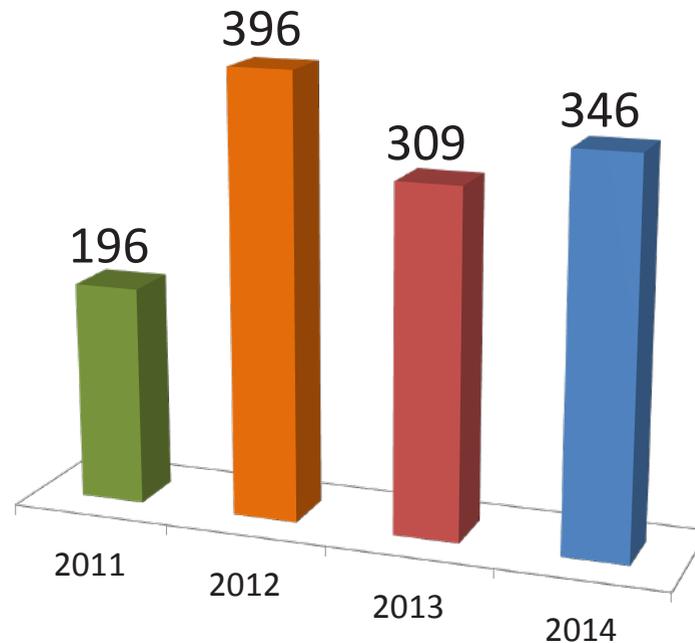
Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria-Geral tem a missão principal de promover a interlocução entre a sociedade civil e a Instituição, assim como entre aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública e sua Administração. Seu objetivo é atender de forma efetiva reclamações, elogios e sugestões dos cidadãos usuários, viabilizando soluções

às manifestações que chegam ao seu conhecimento e dando ciência à Instituição para que sejam tomadas as providências cabíveis.

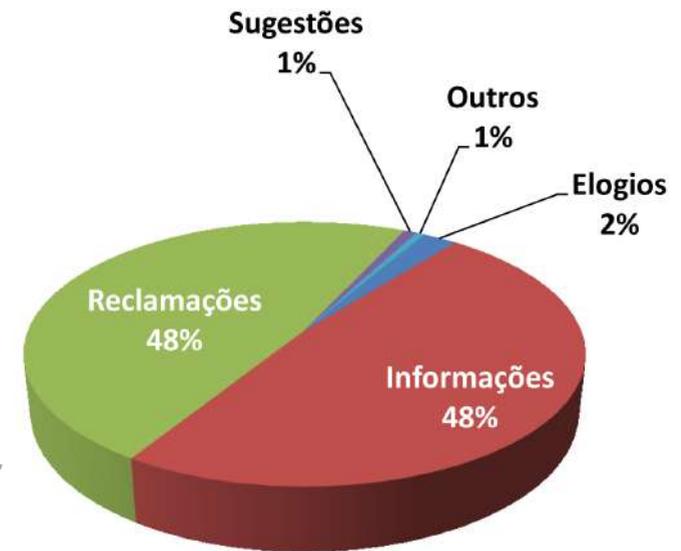
Seu atuar visa a concretizar medidas que fortaleçam o intercâmbio com a sociedade civil e o aumento da participação cidadã no acompanhamento das atividades

Atendimentos realizados pela Ouvidoria



prestadas pela DPERS, e, assim, seja aperfeiçoado o atendimento dos hipossuficientes, em regime de colaboração plena, respeito e seriedade com todos os setores e órgãos da Defensoria Pública. Prática de gestão inovadora que permite a participação permanente da sociedade na melhoria da prestação

Motivação dos atendimentos



de serviço público essencial à função jurisdicional do Estado.

A Ouvidoria foi concebida como órgão auxiliar de promoção de qualidade dos serviços prestados, cujo titular deve ser externo à carreira de Defensor Público, justamente com o propósito de representar a sociedade civil.

Defensorias Públicas Regionais



Foto: Camila Domingues/Palácio Piratini



Foto: Camila Domingues/Palácio Piratini



Foto: Camila Domingues/Palácio Piratini

Diversas foram as inovações implementadas a partir da Lei Complementar Estadual 14.130/12, dentre as quais destaca-se a modificação das instâncias que compõem a estrutura da Defensoria Pública. Nesse cenário, despontando o desafio de fomentar a participação na gestão administrativa, as Defensorias Públicas Regionais surgiram como órgãos de administração vinculados às Subdefensorias Públicas-Gerais.

Legalmente concebidas com o propósito de descentralizar algumas atividades da administração, como a própria representação institucional local, a orientação e a supervisão dos serviços auxiliares, as Defensorias Públicas Regionais foram criadas para aprimorar o fluxo decisório entre a Administração Superior (Defensoria Pública-Geral, Subdefensorias, Conselho Superior e Corregedoria-Geral) e os Agentes da Instituição, aproximando as ins-

tâncias e tornando mais eficiente e democrático o processo de governança da Defensoria Pública.

No ano de 2013, foram editadas as Resoluções administrativas que criaram e regulamentaram as Defensorias Públicas Regionais e foi realizado o processo eletivo de Diretores e Subdiretores Regionais. Os Defensores Públicos têm maior autonomia administrativa, a fim de que a tomada de decisões ocorra de forma mais segura, quantificando as realidades regionais e locais, com execução célere e eficaz.

Esta estrutura também possibilita que a Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais se aproxime ainda mais dos órgãos de execução e se dedique à promoção do planejamento estratégico da Instituição, visando ao incremento das funções institucionais, estabelecendo padrões de rotinas, escalas de trabalho e editando normativas no âmbito de suas competências.

As Defensorias e os Defensores na Estrutura Organizacional

Fotos: Ascom/DPERS



Na estrutura organizacional, os *Defensores Públicos* são órgãos de execução. Sem prejuízo das inúmeras atribuições estabelecidas em diversos diplomas legais, a eles incumbe desempenhar aquelas previstas na Defensoria Pública de sua lotação.

As *Defensorias Públicas* são órgãos de atuação da DPERS, criadas, alteradas e extintas pelo Conselho Superior.

Providas por Defensores Públicos, as Defensorias Públicas poderão ser judiciais ou extrajudiciais; especializadas, gerais ou cumulativas; locais, regionais ou itinerantes.

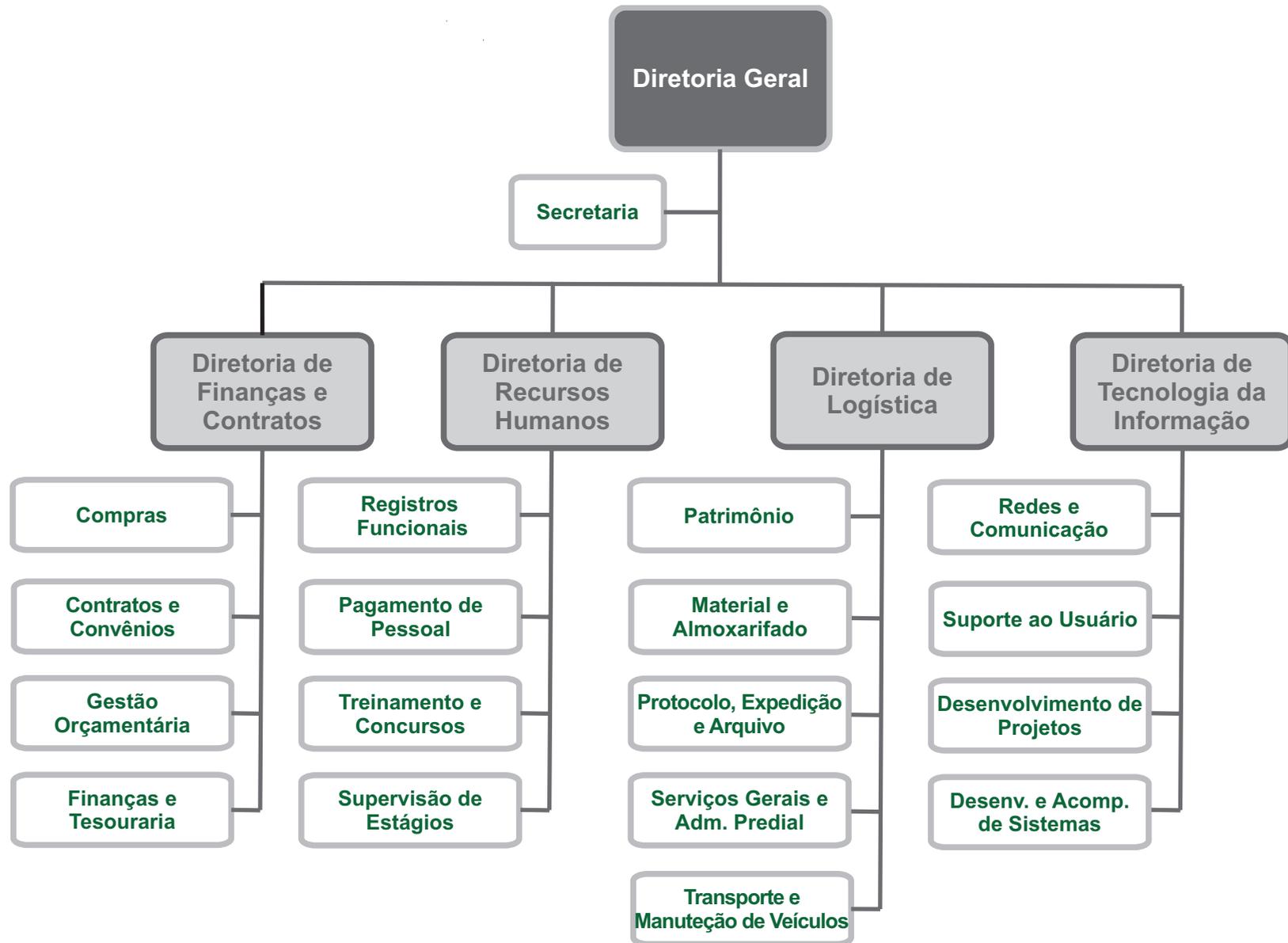


Diretoria-Geral

“Art. 134. ...

§ 2º. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos nas lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º.”

Organograma da Diretoria-Geral



Diretoria-Geral



Foto: Luiz Zadra

A Diretoria-Geral é responsável pela coordenação e pela supervisão das atividades desempenhadas pelas diretorias de:

- Finanças e Contratos;
- Recursos Humanos;
- Logística;
- Tecnologia da Informação.

Busca, igualmente, priorizar o contato com as demais Diretorias, promovendo o contínuo direcionamento das demandas e o constante acompanhamento das questões apresentadas à Instituição.

Ações de Destaque

- Realização das tratativas institucionais durante a revisão da Lei 13.808, de 18 de outubro de 2011, que institui o Plano Plurianual - PPA 2012-2015, junto à Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado.
- Negociações com a Assembléia

Legislativa do Rio Grande do Sul sobre a elaboração da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias e posterior projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

- Encaminhamento, junto aos órgãos de Estado, da efetivação da linha de crédito especial com o BNDES.

Diretoria Financeira e de Contratos

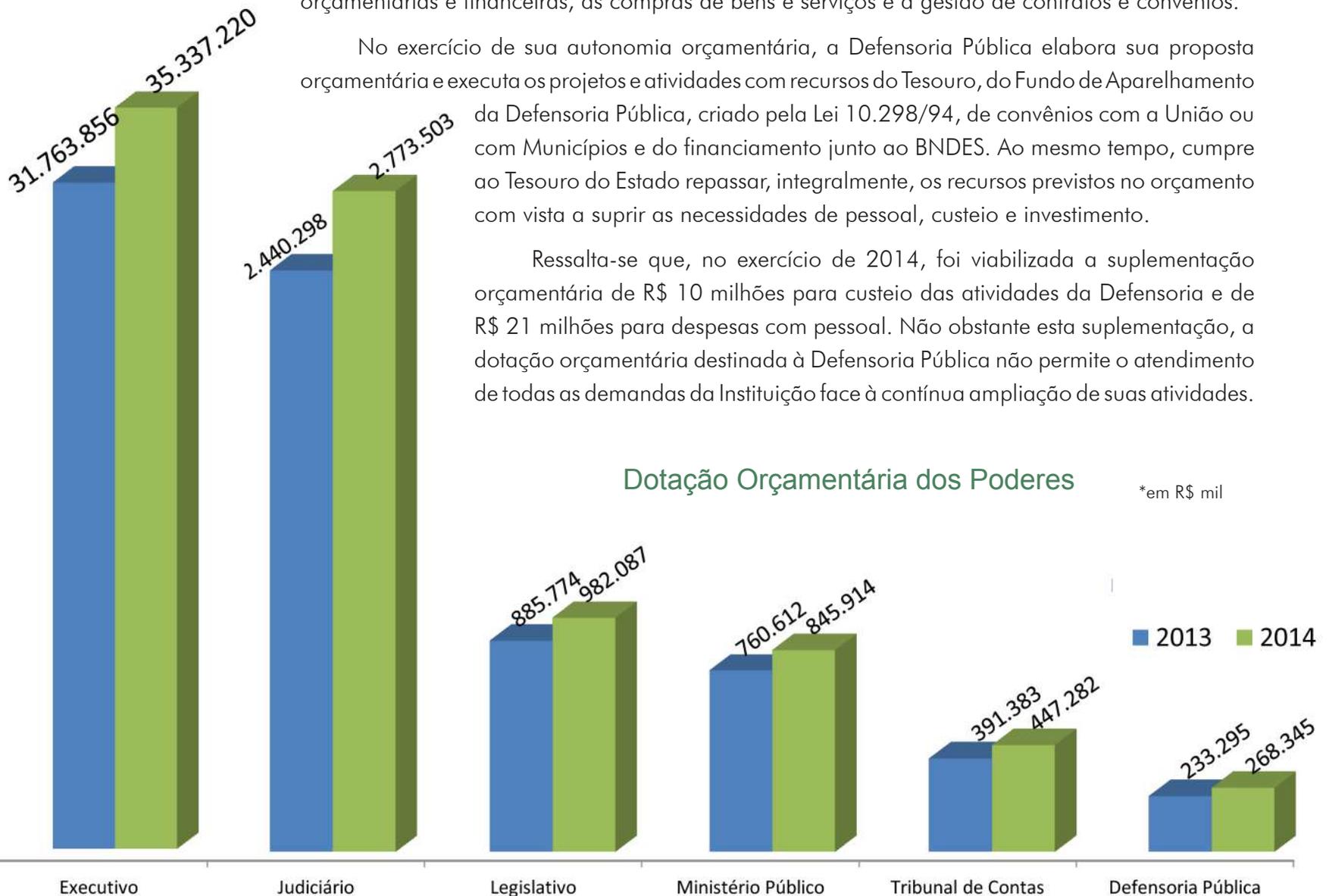
À Diretoria Financeira e de Contratos compete planejar, coordenar e executar as atividades orçamentárias e financeiras, as compras de bens e serviços e a gestão de contratos e convênios.

No exercício de sua autonomia orçamentária, a Defensoria Pública elabora sua proposta orçamentária e executa os projetos e atividades com recursos do Tesouro, do Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública, criado pela Lei 10.298/94, de convênios com a União ou com Municípios e do financiamento junto ao BNDES. Ao mesmo tempo, cumpre ao Tesouro do Estado repassar, integralmente, os recursos previstos no orçamento com vista a suprir as necessidades de pessoal, custeio e investimento.

Ressalta-se que, no exercício de 2014, foi viabilizada a suplementação orçamentária de R\$ 10 milhões para custeio das atividades da Defensoria e de R\$ 21 milhões para despesas com pessoal. Não obstante esta suplementação, a dotação orçamentária destinada à Defensoria Pública não permite o atendimento de todas as demandas da Instituição face à contínua ampliação de suas atividades.

Dotação Orçamentária dos Poderes

*em R\$ mil



Dotação Orçamentária Sistema de Justiça



Evolução do Orçamento da DPERS

*em R\$ mil

Orçamento	2012	2013	2014
Pessoal	172.196	201.161	219.029
Custeio	19.839	28.625	34.668
Investimento	2.074	3.507	14.648
TOTAL (*)	194.111	233.295	268.345
Varição Anual do Orçamento Total		20,19%	15,02%

*valor sem correção

Projetos e Atividades em Execução em 2014

*em R\$

Projeto	Dotação Alteração	Empenhado	Saldo a Liberar
2961 - Atendimento Jurídico e Judicial à População Carente	1.116.752,26	1.002.174,01	90.851,69
2979 - Contribuição Patronal ao FAZ/RS-IPERGS - Ativo	1.610.000,00	1.243.793,42	366.206,58
5895 - Ampliação e Aperfeiçoamento da Infraestrutura	3.667.678,00	1.203.984,00	2.014.925,20
5896 - Modernização Estrutural e de Gestão - BNDES	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
6308 - Remuneração de Pessoal Ativo	142.147.000,00	104.163.805,23	33.801.596,92
6365 - Contribuição Patronal ao FAZ/RS-IPERGS - Inativos	1.730.000,00	1.279.275,75	450.724,25
6391 - Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	31.286.870,00	18.687.979,90	6.840.422,06
6673 - Publicidade Institucional	16.000,00	3.100,00	8.933,00
6755 - Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura	2.516.000,00	380.934,26	327.287,71
8078 - Modernização Estrutural e de Gestão	50.000,00	0,00	50.000,00
8112 - Aparelhamento da Defensoria Pública	662.889,00	161.160,00	402.726,96
8316 - Contribuição Patronal para o RPPS/RS	39.000.000,00	28.347.068,93	4.000.000,00
8317 - Complementação Financeira ao RPPS/RS	31.000.000,00	22.716.610,53	1.000.000,00
8416 - Contribuição Patronal para o FUNDOPREV - Civil	3.542.212,00	2.678.642,21	42.212,00
TOTAL	268.345.401,26	181.868.528,24	59.395.886,37

*dados referem-se ao período de 1º/01 a 30/09/14

Unidade de Compras

Para garantir a autonomia administrativa relacionada às aquisições, foi implantada a Unidade de Compras, que executa o planejamento das aquisições, garantindo o fornecimento de bens, serviços e materiais necessários às atividades da Defensoria. Estas compras são realizadas por meio de licitações nas modalidades pregão eletrônico, convite, adesão à ata de registro de preços, dispensas e inexigibilidade de licitação.

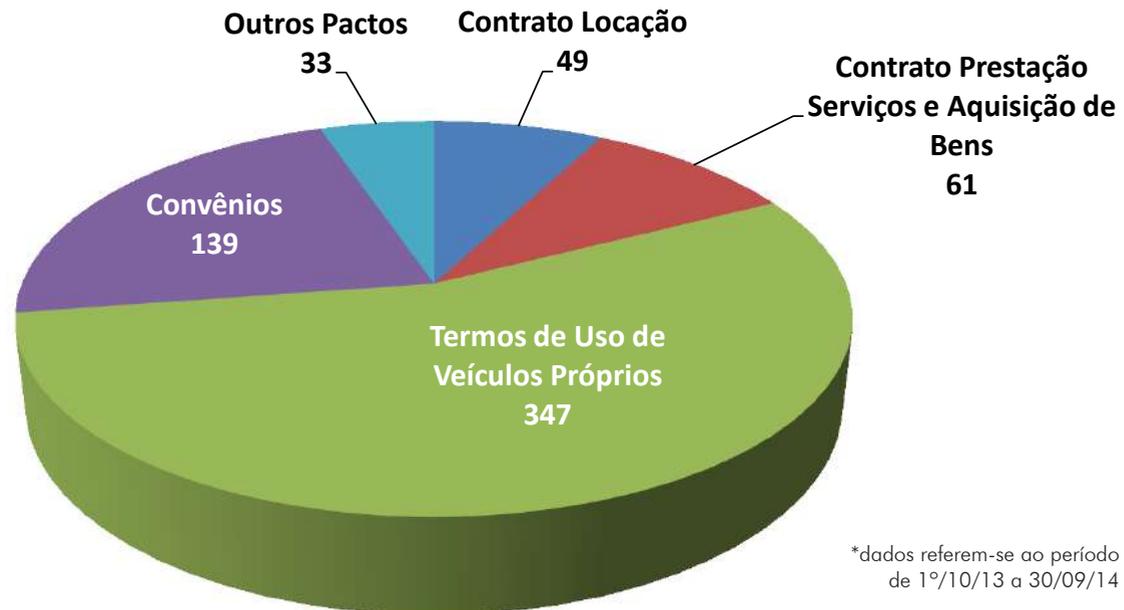
No período do relatório, foram realizados 164 procedimentos, destacando-se a ampliação das compras por pregões eletrônicos realizados pela própria Defensoria. Os pregões eletrônicos permitiram uma economia média de 15% em relação ao preço de mercado.

Destacam-se as licitações para serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, técnicos de informática e telefonia, aquisição de equipamentos de informática, veículos e materiais de expediente.

Compras Realizadas						
Modalidade	Out/2012 a Set/2013			Out/2013 a Set/2014		
	Quant.	Valor (R\$)	%	Quant.	Valor (R\$)	%
Adesão à Registro de Preços	351	3.189.163,59	60,71	103	728.741,40	8,52
Inexigibilidade	31	87.350,65	1,66	11	70.518,05	0,82
Dispensa	36	124.489,32	2,37	9	75.073,29	0,88
Pregão	8	1.852.439,54	35,26	37	7.495.081,70	87,67
Convite	0	0,00	0,00	4	179.718,44	2,10
Total	426	5.253.443,10	100	164	8.549.132,88	100

Unidade de Contratos e Convênios

Esta unidade tem sob sua responsabilidade a gestão dos contratos e convênios firmados pela Defensoria. Verifica-se no gráfico abaixo os acordos gerenciados pela Unidade.



*dados referem-se ao período de 1º/10/13 a 30/09/14

Diretoria de Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos é composta por quatro Unidades: de Registros Funcionais, de Pagamento de Pessoal, de Elaboração, Controle e Publicação de Atos e de Supervisão de Estágio, sendo responsável pela orientação e supervisão das atividades relacionadas à vida funcional dos Agentes e servidores ativos e inativos da Instituição.

Quadro de Cargos de Defensor Público

Classe	Lotação	Providos	Vagos	Inativos
Inicial	202	173	29	112
Intermediária	85	84	1	39
Final	87	71	16	13
Especial	85	51	34	77
Total	459	379	80	241

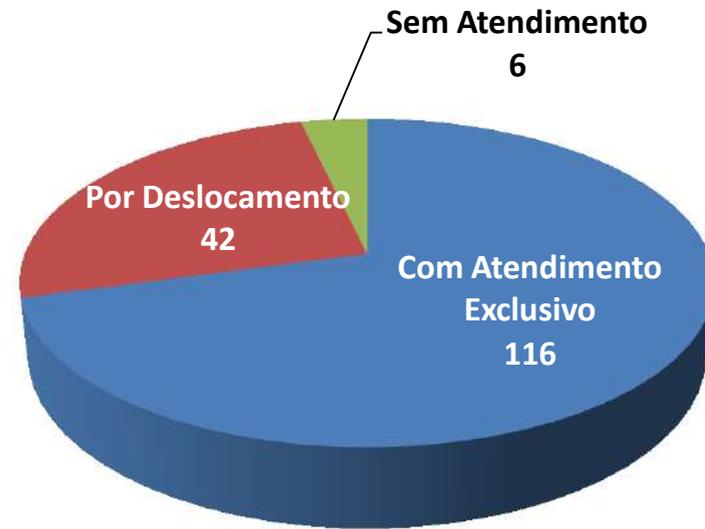
*posição em 30/09/14

Período de 01/10/13 a 30/09/14	
Maior quantidade provida no período	391
Vacâncias	7
Aposentadorias	5

Quadro de Cargos Administrativos

	Lotação	Providos	Vagos
Analista	250	130	120
Técnico	450	169	281

Atendimento nas Comarcas



*total de Comarcas no RS: 164

Outros Vínculos	Total
Cargos em comissão	62
Total de Adidos	32
Q.Especial	19
Prefeituras	6
Secr. Desenvolvimento	1
SEFAZ	1
Brigada Militar	1
Hospital Conceição	1
TCE	3

Unidade de Supervisão de Estágios

A Unidade de Supervisão de Estágios é responsável pelo recrutamento de estagiários e pelo gerenciamento integral do vínculo de estágio entre o estudante e a instituição de ensino. A unidade coordena, ainda, a contratação de interessados em trabalho voluntário.

Tipo de Vínculo	Quantidade
Estágio Remunerado	768
Trabalho Voluntário	350

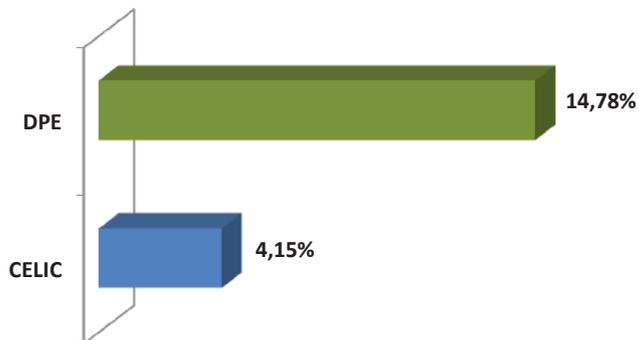
*posição em 30/09/14

Comissão Permanente de Licitações

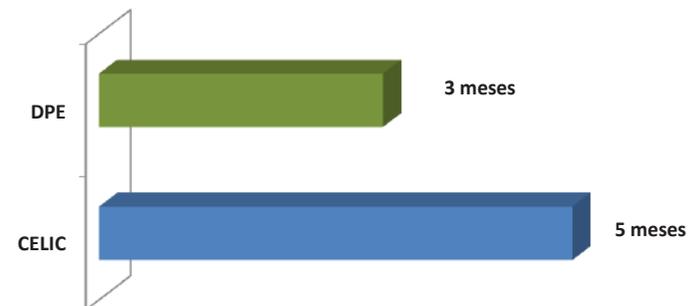
A Comissão Permanente de Licitações, dentre outras atribuições, possui a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastro dos licitantes, prezando sempre pela competitividade entre os participantes e pela apresentação de proposta mais vantajosa à Defensoria Pública.



Percentual médio de economia em pregões eletrônicos



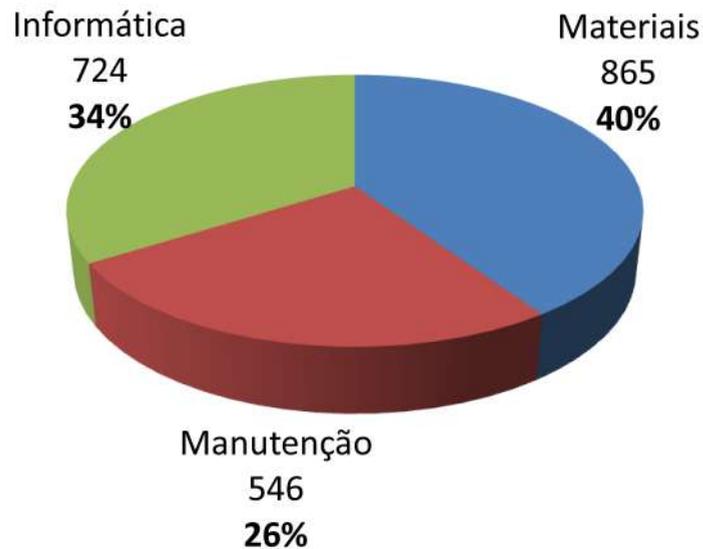
Tempo médio de realização de pregão eletrônico



Diretoria de Logística

À Diretoria de Logística incumbe realizar estudos e propor normas relativas à gestão de patrimônio, material, almoxarifado, protocolo, expedição, arquivo, serviços gerais, administração predial, transportes e manutenção de veículos da Defensoria Pública, bem como promover a padronização dos bens e materiais da Instituição.

Atendimentos da Logística



2.135

foi o número de atendimentos realizados pela área. As principais demandas estão relacionadas à manutenção em telefonia, elétrica, informática e predial.

Principais projetos em qualificação da logística

- Gestão de rotas de atendimento
- Revitalização do prédio Sede
- Revitalização da UCAA
- Estruturação de novas sedes próprias:
 - 5 concluídas e inauguradas
 - 7 concluídas
 - 6 aguardando providências diversas
- Reestruturação completa de sedes (patrimônio, lógica, elétrica, telefonia, alvenaria, pintura):
 - 10 concluídas
 - 6 em andamento
- Criação e estruturação do Centro de Distribuição e Logística (CDL)
- Divulgação da Identidade Visual da DPERS nos acessos do prédio Sede
- Adequação das portas corta-fogo, iluminação de emergência e mangueiras hidráulicas
- Padronização do mobiliário
- Estruturação de estúdio de gravação de áudio para atendimento das demandas da Assessoria de Comunicação
- Estruturação de nova central telefônica

Diretoria de Tecnologia da Informação

Responsável pela gerência e implantação da tecnologia da informação no âmbito da Defensoria Pública, a Diretoria desenvolveu intensa atividade de ampliação do parque tecnológico da Instituição. Os esforços empreendidos, notadamente para a resolução das demandas oriundas das unidades regionais de atendimento,

resultaram em um significativo acréscimo dos recursos de tecnologia no período, apesar das restrições impostas pela realidade orçamentária e financeira.

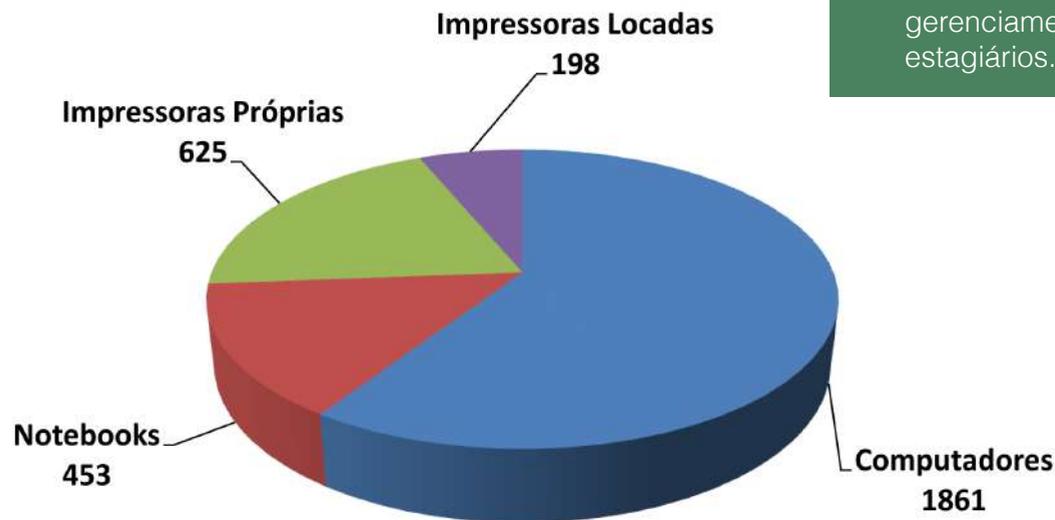
Foram adquiridos novos equipamentos - computadores e recursos de conectividade (switchs) - procedendo-se, ainda, à contratação de serviços de impressão



mediante processo de “outsourcing”. Tal solução permitiu oferecer um melhor serviço e controle sobre o uso dos equipamentos, bem como a redução de ocasionais despesas em viagens de suporte técnico e manutenção.

Por outro lado, os atendimentos técnicos para solucionar os problemas derivados do uso da tecnologia atingiram números expressivos, tanto entre os efetuados por meio telefônico quanto os realizadas *in loco* - rotas - nas instalações regionalizadas, exigindo-se forte empenho dos técnicos. Outro dado relevante está relacionado às ativações dos acessos à rede mundial de computadores (Internet), que se consolidaram no período. Hoje, a totalidade das Unidades Administrativas onde há uma instalação da Defensoria Pública possui acesso à Internet.

Parque Tecnológico da DPERS



Ações em Destaque

- Estruturação do acesso remoto ao sistema de arquivos eletrônicos (“pastas de rede”) - DPEconect.
- Desenvolvimento de sistema de controle de correspondência (gerenciamento de correspondência e malotes).
- Atualização da Intranet.
- Atualização do site Institucional.
- Atualização do sistema de consulta processual (TJ).
- Desenvolvimento de solução para a importação das informações do sistema RHE (Procergs).
- Desenvolvimento do sistema de gerenciamento das efetividades dos estagiários.



Foto: Luiz Zadra



O trabalho da Defensoria Pública

“Art. 4º. São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

...

XI - exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado.”

Quadro Geral de Atividades

ATIVIDADE	CÍVEL	FAMÍLIA	JIJ	JECÍVEL	CRIMINAL	EXECUÇÃO CRIMINAL	TJ	STF/STJ	TOTAL
ATENDIMENTOS	202.035	200.657	20.213	3.912	60.155	63.590	777	-	551.339
AJUIZAMENTOS ¹	34.815	48.059	4.173	56	963	-	-	-	88.066
AUDIÊNCIAS	10.928	42.676	17.899	879	97.593	7.104	160	26	177.265
RESPOSTAS ²	11.709	11.117	9.202	390	78.985	-	4	5	111.412
PETIÇÕES DIVERSAS	155.080	132.165	17.133	1.599	38.890	52.100	449	804	398.220
MANIFESTAÇÕES POR COTA	43.753	47.943	7.497	551	27.814	49	3	-	127.610
ACORDOS	479	2.470	-	32	2	-	-	-	2.983
RECURSOS ³	21.794		3.838	580	22.486	9.941	10.991	250	69.880
JÚRIS	-	-	-	-	879	-	-	8	887
ATENDIMENTOS PLANTÕES (PRISÕES)	1.292		-	-	13.178	-	-	-	14.470
JECRIM ESTÁDIOS	-	-	-	-	133	-	-	-	133
PAD's e CAD's ⁴	-	-	201	-	-	4.201	-	-	4.402
PADAC's ⁵	33	44	-	-	-	-	-	-	77

1. Inclusive ações cíveis públicas e ações penais privadas.

2. Reconvencões, acordos, réplicas, defesas prévias, memoriais, embargos, alegações finais, pedidos de liberdade provisória etc.

3. Razões e contrarrazões de agravos, apelações, embargos de declaração, habeas corpus, mandado de segurança e recursos para Tribunais Superiores

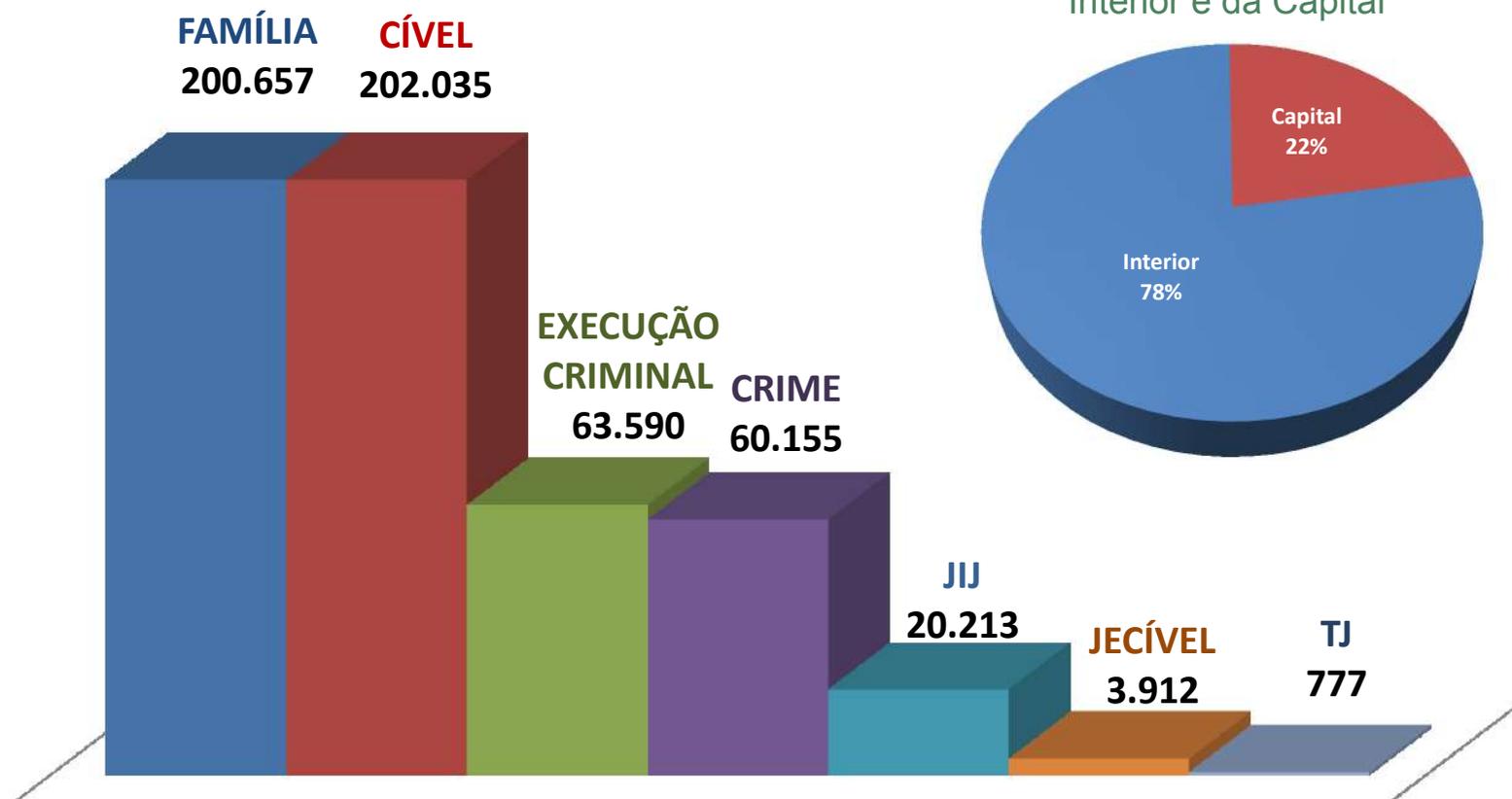
(razões e contrarrazões).

4. Procedimentos Administrativos Disciplinares e Comissões de Avaliação Disciplinar.

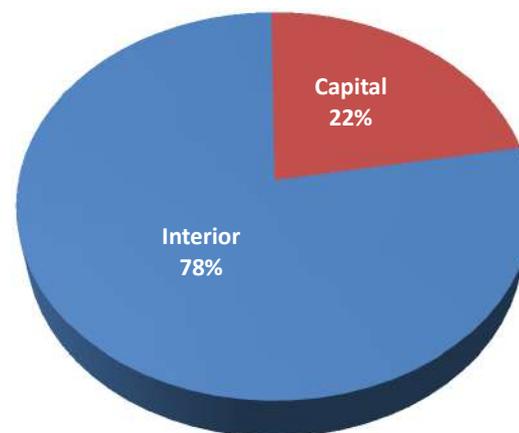
5. Procedimentos de Apuração de Danos Coletivos.

Atendimentos realizados

Atendimentos por Área

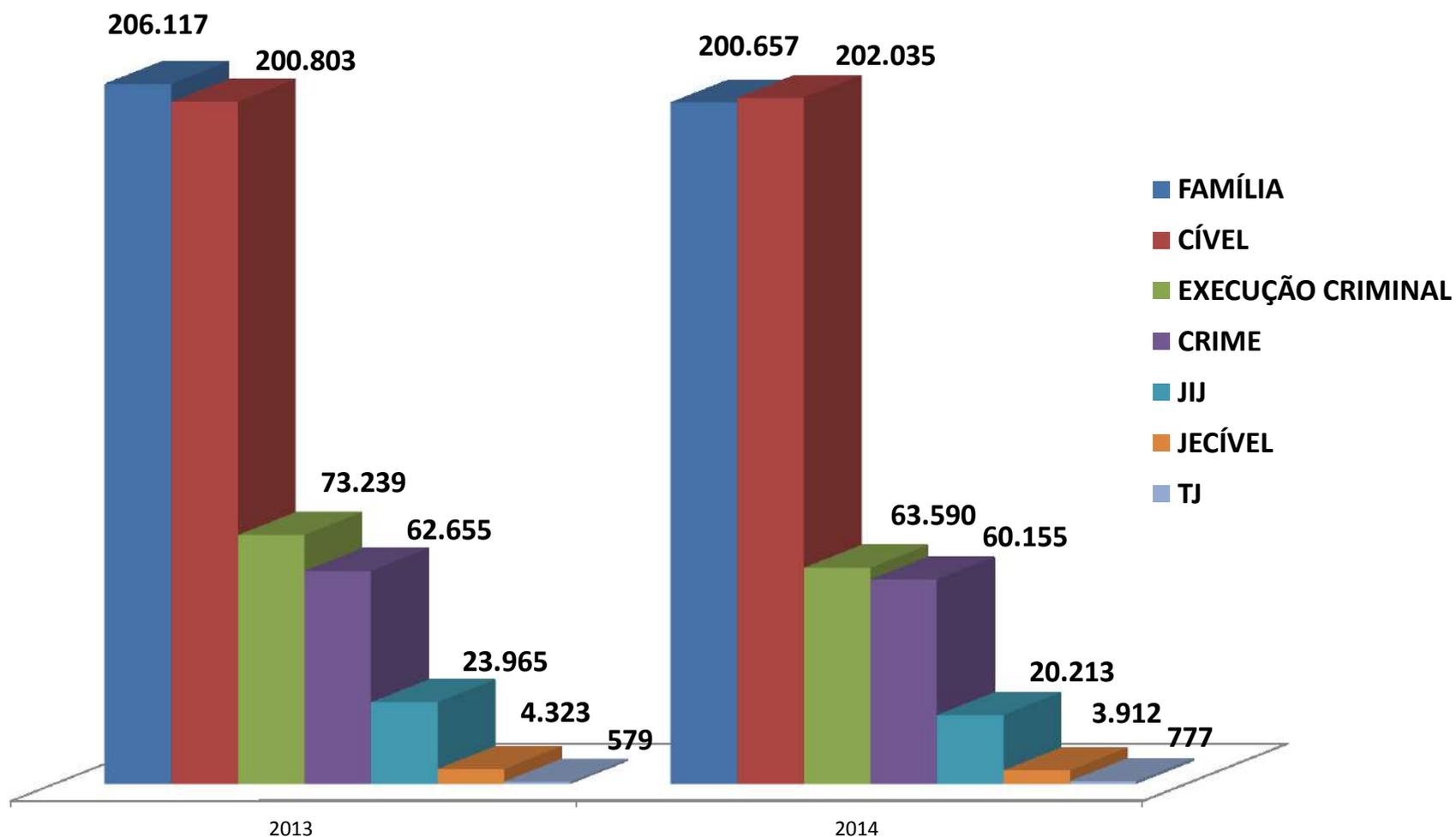


Atendimento em Defensorias do Interior e da Capital



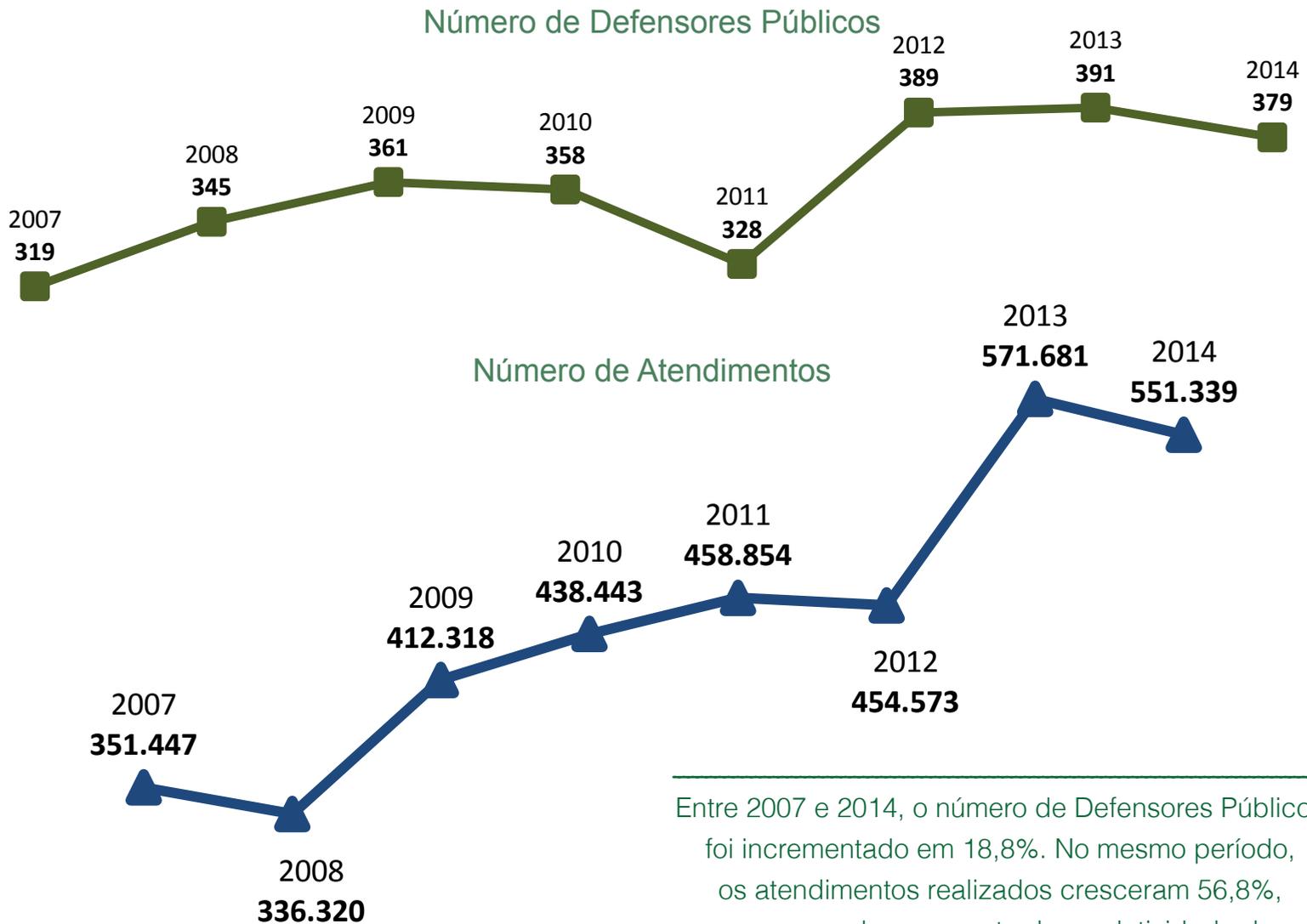
Local	OUT/13	NOV/13	DEZ/13	JAN/14	FEV/14	MAR/14	ABR/14	MAI/14	JUN/14	JUL/14	AGO/14	SET/14	TOTAL
Defensorias do Interior	36.721	38.210	27.110	30.151	30.146	34.066	37.553	36.837	36.130	42.168	37.619	40.920	427.631
Defensorias da Capital	12.164	10.789	8.153	8.717	8.424	9.815	11.045	10.287	9.440	11.415	11.159	12.300	123.708
Total	48.885	48.999	35.263	38.868	38.570	43.881	48.598	47.124	45.570	53.583	48.778	53.220	551.339

Comparativo de Atendimentos em 2013 x 2014



ÁREA	FAMÍLIA	CÍVEL	EXECUÇÃO CRIMINAL	CRIME	JIJ	JECÍVEL	TJ	TOTAL
Variação 2014/2013	-2,65%	0,61%	-13,17%	-3,99%	-15,66%	-9,51%	34,20%	-3,56%

Evolução da Produtividade



Entre 2007 e 2014, o número de Defensores Públicos foi incrementado em 18,8%. No mesmo período, os atendimentos realizados cresceram 56,8%, comprovando o aumento da produtividade dos Agentes da Instituição



Núcleos Especializados

“Art. 3º - A. São objetivos da Defensoria Pública:

I - A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;”

Atenção especial às principais áreas de atuação

Os núcleos especializados foram instituídos nas principais áreas de atuação da Defensoria Pública.

Eles têm o papel de entender, com profundidade, as dificuldades de diversos grupos sociais vulneráveis e, desta forma, estudar a atuação jurídica que estrategicamente auxilie na inclusão destas pessoas. As orientações emitidas pelos núcleos, respeitando a independência funcional, apoiam e orientam o trabalho dos Defensores Públicos que atendem diretamente a população nas unidades da DPERS.

Outra atividade importante está voltada ao atendimento direto em situações que envolvem um grande número de pessoas. Como exemplos, podemos citar as intervenções ligadas a ocupações

de prédios e terras e o apoio aos atingidos em tragédias, como no caso da Boate Kiss em Santa Maria.

As orientações emitidas pelos núcleos, respeitando a independência funcional, apoiam e orientam o trabalho dos Defensores Públicos

Os núcleos especializados são órgãos de atuação vinculados à Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos e têm como objetivo proporcionar maior eficiência no acesso à Justiça, na observância de princípios constitucionais e na educação em direitos.

Por meio de propostas de medidas individuais e coletivas, os núcleos prestam auxílio aos Defensores Públicos e promovem uma atuação institucional

harmônica, mediante a integração e o intercâmbio permanente entre os Agentes.



Foto: Ascom/DPERS

Núcleo de Defesa Agrária e Moradia



Foto: Ascom/DPERS

As ações do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (Nudeam) têm foco nas atividades ligadas à defesa judicial ou extrajudicial do direito social à moradia, do direito de acesso à terra e aos meios de produção e na promoção de ações para regularização fundiária.

Atua em prol de indivíduos e de comunidades carentes, abrangendo tanto o âmbito urbano, quanto o rural. A prioridade do núcleo são as soluções extrajudiciais

que efetivem os direitos das comunidades atendidas. Neste modelo, o Nudeam cumpre o importante papel de ajuizar ações que encaminhem a solução das situações junto ao poder público de diferentes instâncias.

Ações em Destaque

- Firmatura de convênios de topografia com municípios visando à regularização fundiária para embasar ações que envolvam propriedade e posse dos assistidos da Defensoria Pública.
- Instauração e acompanhamento de 30 Procedimentos Administrativos de Ajuste de Conduta (PADACs), objetivando a outorga de moradia definitiva para cerca de 15 mil famílias vulneráveis no Estado.
- Orientação jurídica destinada à agricultura familiar, por meio da realização de 50 mutirões em cidades no interior gaúcho, inclusive onde ainda não há Defensoria Pública.

Núcleo de Defesa Cível

O Núcleo de Defesa Cível (Nudec) concentra seus objetivos em três eixos principais: orientação, informação e produção intelectual. Os dois primeiros são estruturados para o aprimoramento da atividade-fim da Defensoria e consistem na orientação e auxílio direto aos Agentes por meio do monitoramento, classificação e estudo de informações externas e internas, com a criação de banco de peças. O terceiro eixo reconhece os Defensores Públicos como constantes inovadores da

ciência jurídica e busca o incentivo e a divulgação da sua produção intelectual.

Ações em Destaque

- Mapeamento, seleção e compilação temática de peças processuais a serem disponibilizadas em banco de dados da Defensoria Pública.
- Orientação prática e auxílio a Defensores Públicos, totalizando 92 atendimentos e 297 peças enviadas.
- Atuação e defesa de pessoas em vulnerabilidade em processos de desapropriação na Comarca de Porto Alegre.

Núcleo de Defesa Ambiental

O Núcleo de Defesa Ambiental (Nudam) tem como objetivo auxiliar os Defensores Públicos no exercício do dever legal institucional de proteger e tutelar o meio ambiente. O trabalho está focado na promoção da inserção político-comunitária das pessoas ambientalmente vulneráveis e a educação em direitos em matéria ambiental, oportunizando a todos o exercício da cidadania nessa relevante seara.

O Nudam possui como mote, igualmente, o manejo de medidas voltadas à implementação de

saneamento básico a toda a população e à proteção do mínimo existencial ecológico.

Ações em Destaque

- Edição de cinco enunciados, com a finalidade de ofertar ao Defensor Público sugestões para o exercício da atividade na área ambiental.
- Recomendação à Administração Superior para introduzir boas práticas de Gestão Ambiental e de Responsabilidade Social na Defensoria Pública.
- Elaboração de projeto para a obtenção de recursos financeiros para a edição de cartilhas educativas em matéria ambiental, voltadas ao público infantil e juvenil.

Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas

A Defensoria Pública tem o dever de promover a defesa do consumidor, nos termos do art. 4º, VIII, da



Foto: Ascom/DPERS

Lei Complementar 80/94. A marca fundamental dessa atribuição decorre da situação de vulnerabilidade que acomete o consumidor, ensejando a atuação protetiva não apenas da Instituição, mas de todo o Estado. De igual modo, o Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas (Nudecontu) também concentra esforços na atuação coletiva, instrumento qualificado de solução de litígios e que traz benefícios a toda a sociedade.

Ações em Destaque

- Ação judicial para bloqueio de bens no caso Dalagnol.
- Fomento à iniciativa de resolução extrajudicial de conflitos com instituições financeiras.
- Atuação integrada com os demais núcleos para a propositura de demandas coletivas.

Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente

O Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca) atua na defesa integral das crianças e adolescentes a fim de dar efetivo cumprimento às



normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como ao que determina o artigo o art. 4º, inciso XI, da LC 80/94. Para tanto, presta auxílio diuturno aos Defensores Públicos que possuem atribuição junto ao Juizado da Infância e Juventude, também representando a DPERS em diversos órgãos estaduais que atuam na defesa de crianças e adolescentes.

Ações em Destaque

- Projeto de Capacitação Continuada dos Atores da Rede de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes - realização da capacitação inicial dos Conselheiros Tutelares.
- Projeto Educar para a Paz - prevenção e combate à indisciplina e à violência nas instituições educacionais públicas através da educação em Direitos e Mediação de Conflitos.
- Campanha de Combate à Exploração e à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por meio da educação em Direitos.

Núcleo de Defesa Criminal

A atuação do Núcleo de Defesa Criminal (Nudecrim) objetiva congrega os Defensores com atuação na área penal. O núcleo



propicia a troca de conhecimento e experiências, aprimoramento profissional, fortalecimento da atuação institucional e formulação de propostas e projetos relacionados ao desenvolvimento de uma política institucional da temática. Nesse contexto, promove a proteção dos direitos fundamentais das pessoas investigadas, indiciadas e acusadas, visando à efetivação das disposições constitucionais e legislação infra-constitucional pertinente.

Ações em Destaque

- Realização de boletim informativo contendo jurisprudência e legislação atualizada, e manutenção de banco de dados com peças para consulta.
- Prestação de auxílio aos membros da Defensoria Pública no desenvolvimento de suas atividades, além de responder às consultas formuladas pelos Defensores Públicos com atuação na área.
- Promoção de oficinas e encontros com a finalidade de dar subsídios aos Defensores, qualificando-os nas suas áreas de atuação.

Núcleo de Defesa da Mulher



Fomentar, divulgar e resguardar os direitos das mulheres, criar meios para o fortalecimento da sua autonomia e incentivá-las ao exercício da cidadania são os papéis principais do Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem). Para tanto, além de oferecer suporte e apoio técnico aos Defensores Públicos, o núcleo articula e estreita laços com a rede de atenção à mulher e com as políticas públicas, realizando ações para prevenir, combater e mitigar violências de gênero.

Ações em Destaque

- Articulação com a rede de proteção à mulher para o incremento de ações voltadas à construção de políticas públicas e a participação nas reuniões do Comitê Técnico da Rede Lilás.
- Capacitação dos Defensores Públicos com palestras e reuniões, como a realização do seminário de violência obstétrica e aprovação de enunciados.
- Capacitação dos servidores em questões de gênero e atendimento à mulher nos estágios preliminares.

Núcleo de Defesa da Saúde

As ações do Núcleo de Defesa da Saúde (Nuds) visam a garantir o efetivo acesso à saúde em benefício de toda a população, inclusive aquela que sequer



procura diretamente a DPERS. O atendimento se divide em duas etapas: encaminhamento do assistido ao Sistema de Saúde através de fluxos de atendimento estabelecidos com a rede: Assistência Farmacêutica, Fornecimentos de Fraldas, Assistência Hospitalar e Ambulatorial, Saúde Mental. Nos demais casos, inexistência de política pública ou ineficácia, encaminha-se o assistido ao Defensor Natural para ajuizamento de ação para tutela do Direito à Saúde.

Ações em Destaque

- Construção de fluxos para formulação de pedidos de Assistência Farmacêutica, de Assistência em Saúde Mental e divulgação desses fluxos aos Defensores Públicos e interessados.
- Convênio com Conselho Regional de Farmácia do RS, com cedência de profissional farmacêutico para auxílio aos Defensores que atuam no atendimento à matéria saúde.
- Êxito na criação de novas políticas públicas para fornecimento de fraldas, de Neocate (suplementação especial livre de lactose), e aplicação do teste NAT por hemocentros privados.

Núcleo de Defesa em Execução Penal

O Núcleo de Defesa em Execução Penal (Nudep) tem por objetivo fortalecer a atuação dos Defensores Públicos na prestação de assistência jurídica integral e gratuita a pessoas presas e egressos do sistema prisional, bem como a seus familiares, e na fiscalização dos estabelecimentos prisionais. Emite enunciados e orientações técnico-jurídicas aos Defensores Públicos, sem caráter vinculante, sobre a execução penal. Mais de 90% da população carcerária do Estado é atendida por um Defensor Público, inclusive no interior dos estabelecimentos prisionais, o que garante aos encarcerados um atendimento especializado e qualificado.

Ações em Destaque

- Mutirão para análise de indulto e comutação em todos os Processos de Execução Penal do Presídio Central e Penitenciária Estadual do Jacuí.
- Mutirão para análise de processos da Vara de Execução Penal de Caxias do Sul.
- Propostas legislativas ao Decreto de Indulto de 2014 e participação em audiência pública no Ministério da Justiça.



Foto: Ascom/DPERS

Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos

A atuação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH) é preventiva e reparatória, judicial e extrajudicial, de graves violações de direitos humanos. Atende minorias e pessoas em situação de vulnerabilidade, ou seja, aquelas que têm o acesso igualitário dificultado ou vetado a bens, serviços e direitos universais, como, por exemplo, a população em situação de rua, população negra e quilombola, população LGBTTI, indígenas, pessoas com deficiência, idosos, imigrantes e refugiados, vítimas de trabalho escravo, vítimas de tráfico de pessoas, entre outros.

Esses grupos sofrem material, social e psicologicamente os efeitos da exclusão. O trabalho é exercido em coordenação com o Centro de Referência em Direitos Humanos.

Ações em Destaque

- Realização da patrulha de direitos humanos para escuta da população em situação de rua de Porto Alegre no período de sua concentração (noturno), informando e orientando quanto aos seus direitos básicos.
- Atendimento e escuta da comunidade indígena Kaingang de Kandoia, no município de Faxinalzinho-RS, para auxiliar na mediação de conflitos étnicos.
- Acompanhamento das manifestações populares por ocasião dos eventos da Copa do Mundo FIFA 2014 para defesa da liberdade de expressão, reunião e manifestação.



Foto: Ascom/DPERS

Trabalho reconhecido

Em dezembro de 2013, a DPERS recebeu o *Prêmio Estadual de Direitos Humanos*, na categoria de Defesa dos Direitos Humanos, e, também, recebeu menção honrosa pelo acompanhamento nas manifestações sociais, pelo atendimento às vítimas e familiares da Boate Kiss, pela atuação em prol da regularização fundiária e pela reserva de cotas para negros e indígenas no concurso de servidores da DPERS.

O reconhecimento ao trabalho da DPERS foi concedido pela Secretaria Estadual de Justiça e dos Direitos Humanos e pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembleia Legislativa.



**PRÊMIO ESTADUAL
DE DIREITOS HUMANOS
2013**

Defesa dos
Direitos Humanos



COMISSÃO DE CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - RS

Promover a
igualdade faz
a diferença



Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos



A atuação da Defensoria Pública vai além do atendimento individual e da representação processual. Em cooperação com outras instituições ou em parceria com a sociedade civil, a Instituição promove ações diferenciadas ou participa de inúmeros eventos extremamente importantes. Essas Ações Especiais são práticas, geralmente inovadoras, em que a DPERS dissemina o acesso à Justiça e a educação em direitos, demonstrando o rico e diversificado trabalho que vem sendo realizado pela Instituição.

Ações Especiais

“Art. 4º. São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

...

X - promover a mais ampla defesa dos direitos fundamentais dos necessitados, abrangendo seus direitos individuais, coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciarem sua adequada e efetiva tutela;”

Educação em direitos pelas ondas do rádio

Além de atender ao cidadão vulnerável, uma das missões da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul é a educação em direitos. Informar a população é educar o cidadão que não conhece seus direitos e capacitá-lo para que ele possa reivindicá-los. Pensando nisso, a Defensoria Pública gaúcha criou o projeto Educação nas Ondas do Rádio, onde todas as sextas-feiras um Defensor Público debate sobre os direitos do cidadão. Entre as rádios que recebem a participação da Defensoria gaúcha estão: Diário Serrano, localizada na região Noroeste do Estado, e Rádio ABC 900, na Região Metropolitana.

Semanalmente, diversos Defensores Públicos respondem perguntas dos ouvintes e explicam sobre temas como: direito do consumidor, de família, acesso à saúde e até mesmo alguns termos jurídicos para o entendimento da maioria das pessoas.

Integrante do Grupo de Comunicações Planalto Médio Ltda., a Rádio Diário Serrano FM está entre as emissoras de maior potência no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Em Cruz Alta, seus índices chegam a 80%, segundo pesquisas internas, atingindo cerca

de 100 municípios. Já a Rádio ABC AM 900, integrante do Grupo Sinos, sede em Novo Hamburgo, tem atuação numa área de 50 municípios, com um milhão de domicílios e população de 3.800.000 habitantes, responsáveis por 31,15% do potencial de consumo do Estado.

Nesse contexto, salienta-se que a Defensoria Pública está em fase de conclusão do projeto de uma rádio web. A ideia é disponibilizar entrevistas de Defensores Públicos e outros convidados, além de divulgar boletins com diversos temas de orientação jurídica. Outro projeto de educação em direitos prevê a gravação de 54 programas de 20 minutos para divulgar na rede pública, por meio de mídia televisiva.



Foto: Ascom/DPERS

Exame de DNA: “Uma prova de amor e respeito”

Em decorrência de convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e com a Fundação de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps), a Defensoria Pública oferece, de forma gratuita, a realização de exames de DNA para testagem de origem genética (exame de paternidade/maternidade). A própria Instituição gerencia, mensalmente, o agendamento de cerca de 260 exames, com coleta centralizada em nove municípios que possuem laboratórios conveniados.

Mediante contato telefônico com o Setor de DNA da DPERS, em curto espaço de tempo, as perícias são agendadas tanto para os exames extrajudiciais (originários dos atendimentos dos Defensores Públicos em todo o Estado), quanto para os judiciais (solicitados pelo Poder Judiciário nos processos da Defensoria Pública). A prática facilita a realização da perícia genética por pessoas que possuem a intenção de



Exames agendados extrajudicialmente têm maior taxa de comparecimento das partes



Total de exames realizados	1.258
Total de exames não realizados	893
Total de exames agendados	2.097

realizá-la, mas não têm condições econômicas de custeá-la.

No caso da escolha da mediação, a realidade demonstra que, na maioria dos casos, o genitor não se nega a realizar, voluntariamente, o reconhecimento desde que tenha certeza da paternidade. Todavia, sem condições de custear as despesas laboratoriais, as pessoas eram obrigadas a ajuizar

demandas investigatórias, postulando a realização do exame às expensas do Estado. Trata-se, assim, de iniciativa que permite à população obter os mesmos benefícios que decorreriam de uma decisão judicial (realização do exame de DNA e reconhecimento da paternidade), obtendo, portanto, o resultado desejado de forma mais simples, célere e amigável, evitando a judicialização.

Uma Defensoria Pública Sem Fronteiras: Força Nacional no Maranhão



Foto: arquivo Luiza do Carmo Martins

Em janeiro de 2014, a DPERS participou da 5ª edição da Força Nacional da Defensoria Pública em Execução Penal (FNDEP), composta por 34 Defensores Públicos de outros Estados e 21 do Maranhão, organizada pelo Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) e pela Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

A ação da FNDEP foi definida como uma das providências emergenciais para conter a crise no sistema prisional do Estado do Maranhão que, no final de 2013, abalou o Brasil e teve destaque internacional diante dos extremos registrados, como a decapitação de presos.

A escalada da violência fez o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborar um relatório concluindo que o Estado já não tinha capacidade de manter a segurança no Complexo de Pedrinhas. No referido documento, o CNJ denunciou a prática de estupros contra mulheres familiares de presos sem comando dentro das facções. O caso ganhou as manchetes quando, em outubro

de 2013, uma rebelião deixou nove óbitos no complexo prisional de Pedrinhas, somando 60 mortes de presos naquele ano.

Com o objetivo de garantir o acesso à Justiça e a efetivação dos direitos individuais e coletivos dos presos maranhenses, seis Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, dentre eles o Coordenador-Geral da Força Nacional, foram destacados para auxiliar na avaliação dos Processos de Execução Criminal, inspecionar as instalações penais e analisar a situação dos detentos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA).

Defensoria Pública sem Fronteiras

Em 2014, o Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) aprovou a implantação do programa “Defensoria Pública sem Fronteiras”, acordo de cooperação que estabelece o intercâmbio entre as Defensorias Públicas de diversos Estados prevendo a possibilidade de envio de Defensores Públicos para o atendimento de demandas

emergenciais, em sistemática de força-tarefa.

A primeira experiência de atuação está prevista para novembro de 2014 no Paraná, que, no último ano, registrou duas dezenas de rebeliões no seu sistema penitenciário, tendo a revolta mais violenta registrado reféns e decapitações de presos.



Foto: arquivo Lulza do Carmo Martins

Atuação no Timor-Leste

A Defensoria Pública do Estado participou da avaliação do acordo de cooperação firmado entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas (ONU) para atender ao pedido do Ministério da Justiça do Timor-Leste. Durante seis semanas, um Defensor Público representou a Instituição nessa consultoria que avaliou o estágio de evolução da Defensoria Pública naquele país, tanto em aspectos físicos como funcionais. O objetivo foi identificar o cumprimento de metas firmadas pelo Programa das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD).

O diagnóstico geral feito pela DPERS sobre a Defensoria Pública timorense foi apresentado à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores. A partir desse trabalho, a ABC editou o novo acordo de apoio ao setor de Justiça do Timor-Leste em setembro passado. A confiança depositada por organismos e instituições internacionais na DPERS reflete o modo da leitura institucional do respeito do exercício da cidadania.

Comemoração 20 anos da Defensoria Pública

Em 1994, nasceu a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. A criação foi em atenção à determinação da Constituição Federal de 1988, que buscava uma Instituição dotada de independência e com a missão de promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicialmente, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita aos necessitados.

Para comemorar o aniversário de implantação da Defensoria Pública, foi promovida a “Semana de Comemoração dos 20 anos da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul”, entre os dias 19 e 23 de maio, período



no qual foram realizadas diversas atividades, das quais destacam-se:

- Atendimento de 2.000 pessoas no Largo Glênio Peres pela Unidade Móvel da DPERS;
- Cerimônia de assinatura de convênio entre DPERS e Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS) para realização da Semana Acadêmica da Defensoria Pública;
- I Capacitação dos Diretores Regionais;
- Capacitação sobre violência obstétrica para os Defensores Públicos.

Além dessas atividades, realizou-se o 12º Encontro Institucional, voltado para oficinas de trabalho dirigidas pelos Núcleos Especializados da DPERS, palestras e, especialmente, à edição de enunciados em matérias jurídicas. Entre os palestrantes, destacaram-se a Ministra do Superior Tribunal de Justiça Fátima Nancy Andrighi, e o Doutor e Professor Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Jacinto Nelson de Miranda Coutinho.

Também comemorou-se com trabalho junto à população. Entre as principais atividades, foi realizado o atendimento com a unidade móvel, no Largo Glênio Peres, quando se orientou mais de duas mil pessoas em cinco dias. A população recebeu informações jurídicas de Defensores Públicos do Estado e da Defensoria Pública da União.

Unidades de Atendimento e Equipe de Mediação

O atendimento à população é a principal atividade da DPERS. É a partir daí que se origina a prestação da orientação jurídica, o exercício do direito de defesa, a tomada de diligências pelo Defensor Público, ou, ainda, quando necessário, a propositura da ação judicial.

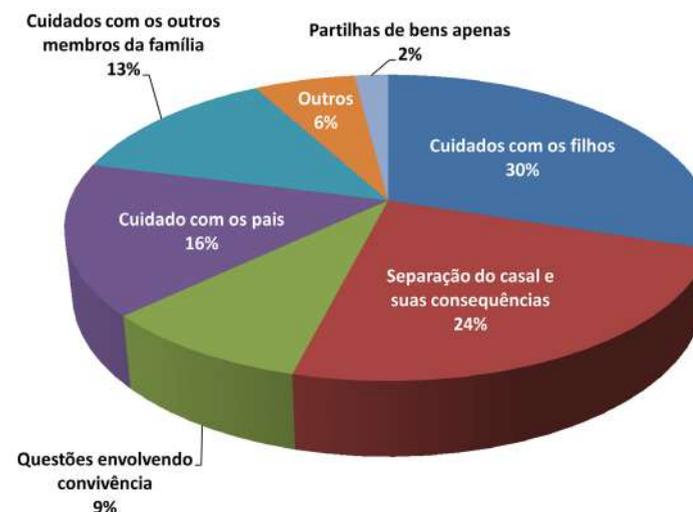
Na Capital, a Instituição possui 19 Defensorias Públicas com atribuição para o atendimento e ajuizamento em três unidades especializadas: a **Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento** (UCAA), a Unidade Zona Norte e a Unidade Zona Sul.

A UCAA, por sua localização central e de fácil acesso, é o coração do primeiro atendimento das pessoas que procuram a Defensoria Pública em Porto Alegre.

Dividida em UCAA-Cível e UCAA-Família, no último ano a Unidade Central atendeu quase 100 mil pessoas de forma presencial. Destas, 60% buscavam soluções para questões vinculadas a Direito de Família.

Equipe de Mediação

A UCAA possui convênio com a Clínica de Psicoterapia e Instituto de Mediação – Clip, sendo que, no último ano, a Equipe de Mediação oportunizou solução amigável para 215 pessoas.



Tipo de Atendimento	Quantidade
Atendimentos realizados pelo setor administrativo da UCAA	94.423
Atendimentos realizados pelos Defensores Públicos na UCAA-Família	28.760
Atendimentos realizados pelos Defensores Públicos na UCAA-Cível	14.920
Total de atendimentos (Defensores Públicos)	43.680
Número de iniciais ajuizadas (UCAA-Família)	9.613
Número de iniciais ajuizadas (UCAA-Cível)	1.770
Total de iniciais ajuizadas na UCAA	11.383

Unidade Móvel e Defensoria Pública Itinerante



Foto: Ascom/DPERS

Desde dezembro de 2013, a DPERS conta com uma unidade móvel para organizar e implementar capacitações em Direito do Consumidor aos agentes da Defensoria Pública gaúcha, além de garantir o atendimento à população que se encontra em locais isolados. A ação faz parte da política instituída pelo Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (Sistecon), decorrente do projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Defesa do Consumidor (Cedecon) e executado pelo Procon/RS, com investimento do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (Fecon), no montante de R\$ 370 mil.

A contrapartida da Defensoria Pública é a capacitação dos Defensores pelo Núcleo de Defesa do Consumidor e Tutelas Coletivas (Nudecontu) e o

atendimento aos consumidores vulneráveis. Entre as atividades e ações executadas com a Unidade Móvel está o “Projeto Jornadas da Defensoria Pública”, por meio do qual ocorrem capacitação dos Defensores Públicos, especialmente em Direito do Consumidor, a realização de Mutirões e a promoção de eventos acadêmicos.



Foto: Ascom/DPERS

Em ação realizada no Largo Glênio Peres, entre os dias 19 e 23 de maio, Defensores Públicos prestaram orientação jurídica a mais de duas mil pessoas.

Unidade Móvel na PUCRS

Foram feitos cerca de 100 atendimentos, dos quais resultaram 30 ações e/ou providências extrajudiciais. Durante uma semana, estudantes de Direito acompanharam o trabalho dos Defensores Públicos em casos de Direito do Consumidor.

Defensoria Itinerante

Em maio, a DPERS lançou a “Defensoria Pública Itinerante”, que teve como embrião as ações da Unidade Móvel. O objetivo do projeto, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é ir ao encontro da população em localidades de difícil acesso ou daqueles que, em razão da situação de grave vulnerabilidade social, desconhecem seus próprios direitos e o trabalho de promoção de



Foto: Ascom/DPERS

cidadania exercido pela Defensoria.

A primeira ação oficial do projeto, realizada em setembro, analisou a situação jurídica das pessoas condenadas na Fronteira Oeste do Estado (presos e em liberdade), mobilizando Defensores Públicos e servidores para uma inédita atuação nos municípios de Santana do Livramento, Quaraí e Cacequi, as duas últimas Comarcas

ainda não atendidas pela Instituição. Durante os três dias de trabalho nos estabelecimentos penais dessas unidades judiciárias, foram atendidos 73%* dos presos e, após a análise de todos os Processos de Execução Criminal (PECs), encaminhados diversos requerimentos, tais como comutação, indulto, extinção de pena, progressão de regime e livramento condicional.

* não foram atendidos os que não quiseram atendimento e os ausentes por saídas autorizadas

Resultados da ação na Fronteira Oeste

	Quaraí	Santana do Livramento	Cacequi	Totais da Ação
Total de Presos	29	182	41	252
Presos Atendidos	29	129	27	185
PECs Analisados	154	400	95	649

Projeto Defensoria das Famílias

Historicamente, os atores da cena jurídica privilegiam a judicialização dos conflitos em detrimento de soluções que priorizem escolhas e decisões dos envolvidos na controvérsia. O Projeto “Defensoria das Famílias”, instituído em Caxias do Sul, em setembro de 2013, propõe um agir pautado pela educação em direitos e pela solução consensual. O objetivo é contribuir para que o cidadão vulnerável, de modo consciente de seus direitos e deveres, insira-se nas relações de poder mediadas pelo Direito, assumindo postura engajada na solução de litígios familiares. A partir desse paradigma, desenhasse um projeto de atuação que envolve:

O Projeto propõe um agir pautado pela educação em direitos e pela solução consensual

Humanização do atendimento individual

O atendimento jurídico é um momento de construção e troca de informações e conhecimento, no qual é buscada solu-

ção extrajudicial, incentivando-se a emancipação dos assistidos no sentido de uma cidadania multidimensional.

Em maio de 2014, instituiu-se o “Dia do consenso: é hora de dar uma chance ao bom senso” a partir do atendimento prioritário

Mês/ano	Iniciais	Consensuais	Contestações	Dia do Consenso
Setembro de 2013	234	25	11	
Outubro de 2013	215	24	9	
Novembro de 2013	175	28	22	
Dezembro de 2013	175	19	19	
Janeiro de 2014	164	12	21	
Fevereiro de 2014	168	24	33	
Março de 2014	156	14	14	
Abril de 2014	215	31	17	13*
Mai de 2014	265	50	17	35
Junho de 2014	180	55	23	44
Julho de 2014	168	47	22	43
Agosto de 2014	160	43	24	35
Setembro de 2014	75	26	26	25
Totais	2.350	398	258	182
Agendamentos no período				6.032
Atendimentos no período				3.831

*em abril houve um único Dia do Consenso

de pessoas que busquem formalizar acordos sobre questões familiares. Adotadas diversas técnicas de racionalização, promoveu-se o atendimento de cerca de 4.000 pessoas, sendo formulados 398 acordos extrajudiciais. Atualmente, são formalizados cerca de 60 acordos extrajudiciais mensais por meio do “Dia do Consenso”.

Aproximação com lideranças comunitárias e com a vida comunitária

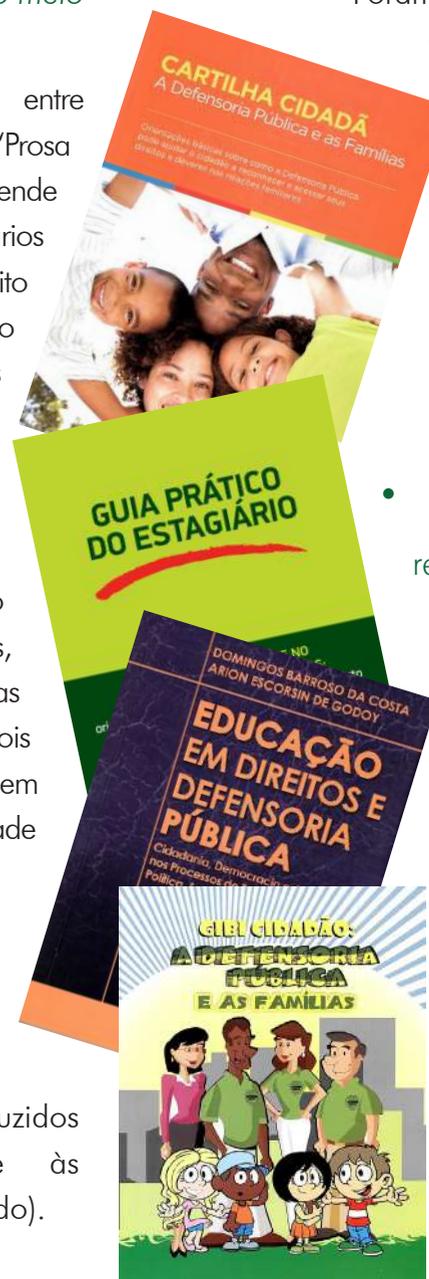
O projeto tem outros desdobramentos, como o “Defensoria nos bairros: a cidadania bate à sua porta”, que visa à apresentação da Instituição em regiões pobres da cidade. No período, foram realizados dois mutirões em comunidades carentes; foi estabelecido atendimento prioritário às mulheres vítimas de violência doméstica e, além disso, promoveu-se inspeção na ala de presos civis em estabelecimento prisional de Caxias do Sul.

Aproximação com o meio acadêmico

Desenvolveu-se, entre outras iniciativas, o “Prosa Legal”, ação que pretende levar aos universitários visão crítica a respeito do Direito. Estão sendo realizadas palestras em universidades e incentivada a participação em eventos especializados no direito das famílias. No eixo educação em direitos, foram realizadas duas palestras sociais e dois cursos de extensão em parceria com a Faculdade da Serra Gaúcha.

Confecção de materiais de suporte

Diversos impressos foram produzidos para dar suporte às atividades (veja ao lado).



Foram editados materiais para a entrega a todos os assistidos atendidos, dentre outros:

- Recibo de pagamento de pensão alimentícia.
- Tabela de controle de pagamento e recebimento de pensão.
- Trechos extraídos da Cartilha Cidadã relativos à matéria de atendimento.

Também foram realizadas mais de dez palestras em instituições de ensino e congressos, inclusive em eventos internacionais como o Congresso do Mercosul de Direito de Família, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).

Regularização dos Imóveis da Extinta Cohab

A DPERS, por meio do Núcleo de Defesa Agrária e Moradia (Nudeam), participa dos Mutirões de Regularização de Imóveis da extinta Cohab, com o objetivo de regularizar a titulação de unidades habitacionais. A ação, realizada em conjunto com a Secretaria de Habitação e Saneamento do Rio Grande do Sul (Sehabs),

ao final de todas as etapas, deve beneficiar cerca de 57 mil moradores.

Ao final de todas as etapas, a ação, realizada em conjunto com a Sehabs, deve beneficiar cerca de 57 mil moradores

A campanha prevê duas fases. Em um primeiro momento, a Sehabs, com apoio da Defensoria Pública, realiza o atendimento dos moradores, encaminhando-os para que realizem os registros imobiliários pela via ad-

ministrativa. A simples orientação nestes casos é extremamente importante, tendo em vista que muitos moradores possuem a documentação necessária para o registro de seus imóveis, mas não detêm as informações suficientes de como proceder. Em uma segunda etapa, nos casos em que não há possibilidade de solução administrativa, os moradores são cadastrados e encaminhados para atendimento pela Defensoria

Pública para o ajuizamento das ações que se fizerem necessárias, tais como usucapião e inventário.



Foto: Ascom/DPERS

Ação em números

- 15 mutirões
- 5.470 casos atendidos
- 4.778 soluções administrativas
- 692 encaminhamentos à DPERS

IV Concurso Público para Defensor Público do Rio Grande do Sul

Está em andamento o IV Concurso Público para ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul, destinado a selecionar bacharéis em direito que comprovem o exercício de prática jurídica pelo período mínimo de três anos, dentre outros requisitos. O certame é constituído por cinco fases:

- prova objetiva,
- prova discursiva,
- prova oral,
- prova de tribuna,
- títulos.

Duas inovações merecem destaque nesta edição: a prova oral passou a examinar seis disciplinas – e não apenas duas como no concurso anterior –, e a banca examinadora das disciplinas jurídicas é composta exclusivamente por Defensores Públicos do Rio Grande do Sul.

A prova objetiva já foi realizada



no dia 12/10/2014 e selecionará os candidatos que se habilitarão para a sequência do certame. Como visto, em um futuro breve a Defensoria

Pública contará com o reforço dos novos Agentes selecionados, o que fortalecerá a atuação da Instituição em prol do povo gaúcho.

Sobre o IV Concurso

Total de Candidatos	5.171
Candidatos com deficiência.....	52
Candidatos pertencentes à população negra	351
Candidatos pertencentes à população indígena	5



PMI

PROJETO DE MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL
Defensoria Pública RS

Projeto de Modernização Institucional

Por um futuro com mais acesso à Justiça



Reduzir a exclusão social da população menos favorecida e vulnerável do Estado por meio da ampliação do acesso ao sistema de justiça pela Defensoria Pública. Este é o alvo estratégico do Projeto de Modernização Institucional (PMI) da DPERS.

O PMI vai prover recursos para a qualificação de diversas áreas, como Tecnologia da Informação (softwares e hardware), capacitação de Defensores e servidores, infraestrutura (reforma da Sede e recomposição do mobiliário) e gestão (implantação do Planejamento Estratégico).

Contando com um total de R\$ 44,4 milhões para investimento, o projeto foi lançado no último mês de setembro e está alicerçado no propósito de obter resultados concretos na ampliação do acesso da população aos serviços da Instituição. Os recursos do projeto provêm de financiamento contratado pelo Estado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A DPERS é a primeira Defensoria Pública do Brasil a ter aprovado seu projeto de financiamento com recursos do banco.

Para alcançar o objetivo, o PMI foi fundamentado em quatro diretrizes, as quais nortearam a criação das ações que serão planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas pela equipe do PMI.



CECADEP

Auxiliando a DPERS a cumprir sua missão

O Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública (CECADEP) é órgão vinculado ao Gabinete da Defensoria Pública-Geral. Criado por Resolução do Conselho Superior da DPERS, tem o objetivo de promover a qualificação dos membros e servidores da Defensoria Pública, bem como da cidadania em geral, em temas afetos à Instituição, notadamente os direitos humanos e o acesso à justiça.

A missão da Defensoria Pública exige condições de excelência técnica de seus Agentes e órgãos auxiliares, proporcionada por programa permanente de educação e aperfeiçoamento técnico-profissional.

Diante da evolução do Estado Social, o tema da realização da justiça passou a englobar não apenas o acesso ao Poder Judiciário, mas, igualmente, a garantia de condições efetivas para o exercício da cidadania

e a efetivação dos direitos humanos em um país com altos níveis de violência e desigualdade social.

Neste sentido, para que a Defensoria Pública afirme seu papel e participe ativamente enquanto integrante do Sistema de Justiça, faz-se fundamental o desenvolvimento

de sua condição de agente na produção do conhecimento transformador, capaz de promover cidadania, inclusão e justiça social.

O CECADEP desenvolve três linhas de atuação: capacitação interna e externa, publicações e pesquisas.

Ações de destaque

- Disponibilização de 62 vagas em cursos de formação em diversas áreas técnico-administrativas, com participação efetiva de Agentes e servidores da Defensoria Pública;
- Realização de sete edições de curso de capacitação, atingindo 306 novos servidores;
- Elaboração de pesquisa sobre execução penal em conjunto com o Nudex e em parceria com a Faculdade de Direito da UFRGS, sobre o uso de tornozeleiras eletrônicas;
- Produção de três edições da Revista da Defensoria Pública, com distribuição nacional de 745 exemplares da edição especial sobre execução penal;
- Organização do Programa Paz com Voz, em parceria com o CRDH, e do evento “50 Anos do Golpe Militar – para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça”.



Foto: Ascom/DPERS



Atuação na Copa do Mundo

Comissão de Monitoramento dos Efeitos da Copa e Megaeventos

A Comissão de Monitoramento dos Efeitos da Copa e Megaeventos (CMCopa) foi criada pela DPERS para acompanhar os desdobramentos e consequências da realização da Copa do Mundo e de outros eventos de semelhante grandeza.

A CMCopa organizou e definiu o “Plano Especial de atuação na Copa do Mundo”, com função de prever estrutura de recursos, materiais e humanos, para o monitoramento de ações e ocorrências durante o período do evento. A ação contou com a atuação de 50 Defensores Públicos e teve como principais objetivos a prevenção e a solução extrajudicial dos conflitos.

Com o objetivo de orientar



Números da CMCopa

100 flagrantes

2 recursos interpostos

junto ao Tribunal de Justiça

37 ações judiciais

o cidadão,

uma cartilha foi elaborada com o título “Defensoria Pública orienta: o que muda em Porto Alegre”, contendo informações gerais sobre as alterações

em Porto Alegre durante a Copa do Mundo, os locais onde a Instituição estaria presente para atender a

população, horários, zonas de restrições de veículos, a Lei Geral da Copa, entre outros tópicos.

Outra ação importante foi a reversão da orientação antes dada aos Conselheiros Tutelares de, nos dias de jogos em Porto Alegre, ser ponto facultativo e plantão, exatamente nos dias em que as crianças e os adolescentes estariam mais vulneráveis às violações.

Ações Especiais da CMCopa



Foto: Ascom/DPERS

- A equipe itinerante visitou diversos locais nos dias de jogos no Beira-Rio e da seleção brasileira, destacadamente no Acampamento Farroupilha Extraordinário da Copa e na Fifa FanFest.
- O acompanhamento de flagrantes criminais por Defensores no plantão especial da polícia civil, junto à Academia Integrada da Segurança Pública, foi realizado ininterruptamente.

- A Unidade Móvel da DPERS esteve no Parque Marinha do Brasil, em todos os dias em que houve jogos no Estádio Beira-Rio.
- No Deca e no Foro Central, na área da criança e do adolescente, o atendimento foi realizado ininterruptamente.
- Na Unidade Central de Atendimento e Ajuizamento (UCAA) Cível e Família, houve plantão para casos urgentes nos dias de expediente reduzido em razão dos jogos em Porto Alegre.



Foto: Ascom/DPERS

Ações Especiais da CMCopa



Foto: Ascom/DPERS



Foto: Ascom/DPERS

- No Juizado do Torcedor, com competência para as esferas criminal, cível e da infância e juventude, houve acompanhamento das ocorrências.

- O Centro Integrado de Comando da Cidade de Porto Alegre (CEIC) e o Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICC) contaram com a representação da Instituição nos dias de jogos no Estádio Beira-Rio.

- Na Área Judiciária, os atendimentos foram realizados por Defensores Públicos, com atuação no Palácio da Polícia.



Ingresso de novos servidores

Fortalecimento da Defensoria Pública com o ingresso de servidores

Em 11/10/12, foi publicado o edital do I Concurso Público para o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da DPERS, com a abertura de 150 vagas de nível superior e 248 vagas de nível médio.

Desde sua criação em 1994 até 21/10/2013, data da nomeação do primeiro servidor concursado da DPERS, a Instituição contou apenas com o trabalho de estagiários e de servidores em cargos em comissão, sendo que, no interior do Estado, em regra, os Agentes contavam apenas com a ajuda de estagiários.

Hoje, estão em exercício 330 servidores, sendo 180 técnicos (nível

médio) e 150 analistas (nível superior).

Diante da distribuição dos Defensores Públicos em praticamente todo o Estado, grande parte desses servidores, que já está exercendo suas atividades, está lotada no interior gaúcho. Esta priorização visa a aprimorar, qualificar e humanizar a atividade-fim da Instituição, que é, principalmente, prestar ao

cidadão carente e vulnerável a assistência jurídica necessária ao reconhecimento e à promoção dos seus direitos.

Mesmo que o número de servidores ainda seja insuficiente para a prestação do serviço na forma almejada, já se percebe a qualidade diferenciada no atendimento das questões trazidas pelo cidadão.



Foto: Ascom/DPERS



Centro de Referência em Direitos Humanos - CRDH

Uma conquista da Defensoria Pública para o cidadão

Em 17 de janeiro de 2014, a Defensoria Pública inaugurou o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH-DPE/RS), localizado na região central de Porto Alegre. Criado em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, é apoiado por diferentes entidades da sociedade civil. O CRDH atua na construção de estratégias para enfrentamento e superação da violência e afirmação dos Direitos Humanos.

O principal objetivo do CRDH é a redução da vulnerabilidade social das mulheres em situação de violência e das vítimas de violência estatal. Também presta apoio aos familiares, lideranças comunitárias e cidadãos(ãs) em geral.

A quem se destina o CRDH?

Às vítimas de

- preconceito,
- discriminação,
- intolerância,
- abusos e maus-tratos,
- negligência e abandono, dentre outras.

O diferencial do serviço é a estratégia de empoderamento das pessoas em situação de violência que não se restringe à defesa e proteção frente ao ato violento sofrido. O CRDH presta não só um atendimento



Foto: Ascom/DPERS

multidisciplinar feito por assistente social, psicólogo e Defensor Público, mas, também, disponibiliza, de forma integrada, programas de capacitação e reabilitação psicossocial. Esses programas são realizados a partir de serviços conveniados com a rede pública e a sociedade civil, nas áreas da educação, formação para o trabalho, saúde mental, empregabilidade, geração de renda, entre outros.

O trabalho do CRDH visa a que mulheres em situação de violência e vítimas de violência estatal encontrem na Defensoria Pública a expressão do “Estado-defensor”, a fim de que possam reverter a situação de opressão e desigualdade e, assim, terem acesso à justiça e à cidadania.



Defensoria Pública na mídia

O GLOBO

QUARTA-FEIRA, 25 DE DEZEMBRO DE 2013 ANO LXXXXX - Nº 28260 Irineu Marinho (1876-1925) (1904-2003) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Ano novo, preço novo
IPI de carro popular sobe para 3%
 O imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de veículos subirá em janeiro. No caso de carros populares flex, o imposto vai de 2% para 3%, mas, ainda assim, abaixo dos 3,5% previstos. A partir de julho, a tributação subirá para 7%, que era a alíquota anterior. Para 2014, especialistas preveem possível maior sobre preços administrados, inclusive combustíveis. **PÁGINAS 13 e 14**

Nos ares
Governo eleva fatia

FILA PARA ESTUDAR

Famílias vão à Justiça por vaga em creches públicas

Fóruns recebem em média 200 ações por dia; problema ocorre em vários estados

Em todo o país, apenas 24% das crianças de 0 a 3 anos estudam, e famílias pobres são mais afetadas

Diante da falta de vagas em creches públicas, famílias de vários estados brasileiros recorrem à Justiça em busca de solução. Segundo a Associação Nacional dos Defensores Públicos, diariamente 200 ações chegam aos fóruns brasileiros cobrando matrícula para crianças. A partir de 2010, foram pelo menos 300 mil ações contra estados e municípios. Em todo o país, só 24% das crianças de 0 a 3 anos estão em creches, e o déficit de vagas é de 1,8 milhão na pré-escala, é de um milhão. Em São Paulo, a Defensoria moveu 8 mil ações este ano, e 170 mil crianças estão na fila. O problema se repete no Rio, na Bahia e no Rio Grande do Sul. **PÁGINA 3**

Veículo: O Globo

Data de publicação: 26/12/2013

Assunto: A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul colaborou para a manchete do jornal O Globo, na reportagem do jornalista Flávio Ilha. A pauta é a luta das mães para educar os filhos, diante da falta de vagas em creches públicas.

38 ZÉRO HORA SÁBADO, 18 DE JANEIRO DE 2014

Policia REDE DE PROTEÇÃO

Novo espaço a vítimas da violência doméstica

Centro de Referência em Direitos Humanos foi inaugurado ontem na Capital

Um novo espaço para acolher e orientar mulheres que sofrem violência doméstica foi inaugurado ontem em Porto Alegre. —O Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) conta com uma equipe mul-

devemos fazer as pessoas compreenderem seus direitos, exercitá-los e defendê-los — afirmou o defensor público-geral, Nilton Arnecke Maria. As ações serão executadas pelos Núcleos de Defesa da Mulher e de Defesa dos Direitos Humanos, além

SAIBA MAIS

- O Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) está localizado na Rua Caldas Junior, 352, no Centro Histórico de Porto Alegre.

Veículo: Zero Hora

Data de publicação: 18/01/2014

Assunto: Inauguração do Centro de Referência é destaque no jornal Zero Hora.

Veículo: *Jornal do Comércio*

Data de publicação: 19/02/2014

Assunto: A Defensora Pública Adriana Schefer do Nascimento destacou o trabalho de busca de paternidade das crianças, desenvolvido pela Defensoria Pública gaúcha.

CIDADANIA

Rio Grande do Sul terá postos para registro de bebês em todas as maternidades

Isabella Sander
isabella@jornaldocomercio.com.br

Uma novidade nas maternidades gaúchas deve diminuir a quantidade de crianças que não são registradas após o nascimento. Depois de entregar em dezembro 40 kits com equipamento para montar postos dos cartórios civis na região central do Estado, mais 80 foram concedidos ontem à tarde. Com eles, todos os hospitais do Rio Grande do Sul estão contemplados pelo Programa de Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento, da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH). O projeto é financiado pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República.

O kit inclui uma impressora, um computador e um scanner especial. Com os equipamentos, as maternidades serão interligadas aos cartórios de registro civil de nascimento, fazendo com que os recém-nascidos já saiam dos hospitais com uma certidão em mãos. Segundo a diretora de Direitos Humanos e Cidadania da SJDH, Tâmara Biolo Soares, o programa já tem dois anos de existência no Estado, tendo funcionado, até agora, para capacitar trabalhadores dos cartórios para a função. "O principal objetivo é dar personalidade jurídica à criança, já que essa personalidade é a porta de entrada para todos os outros direitos", afirma.

Conforme a defensora pública Adriana Schefer do Nascimento, a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul desenvolve, desde 2009, um trabalho de busca de paternidade das crianças, que será facilitado pela presença dos postos nas maternidades. "Essa é uma realidade de que o nosso órgão já conhece, de vários adultos que não têm o nome do pai na identidade. Com esse atendimento direto no hospital, poderemos sensibilizar sobre a importância do registro já no local.

Às vezes, a mãe não coloca o nome do pai em um momento de raiva", explica.

Se, mesmo com a conscientização, o nome paterno não for incluído, o registro será encaminhado à Defensoria, para que esta fale com a mãe e busque entendimento. "Conseguimos acessar mais facilmente a mãe devido à gestação, mas, quando falha com ela, procuramos o pai, através de testes de paternidade", diz Adriana. Por mês, cerca de 500 testes extrajudiciais são feitos no Estado. "A mãe dá o nascimento físico, e o pai, o nascimento social da criança. O resgate da identidade reduz a rebeldia, quando o filho é adolescente, já que quebra um ciclo de violência, do desconhecimento da sua história", enfatiza a defensora. Adriana aponta que mais de 50% dos jovens internos na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Fase) não têm o nome do pai na identidade.

Os números de subregistro no Rio Grande do Sul são pouco alarmantes. De acordo com a defensora pública, o percentual é menos de 1%. Entretanto, segundo a diretora Tâmara, a intenção é zerar essa quantidade. Além dos postos de atendimento, também estão previstos mutirões em onze municípios neste ano para incentivar o registro. "Priorizaremos as cidades de fronteira, onde há presença de índios e quilombolas, em que o percentual de subregistrados é maior. Ainda não temos um cronograma fechado, mas devemos começar por Tenente Portela", informa. Os mutirões sociais terão a colaboração da Pastoral da Criança.



Kit contém uma impressora, um computador e um scanner especial

Veículo: *Folha de Caxias*

Data de publicação: 14/04/2014

Assunto: O Mutirão em Caxias do Sul para viabilizar vagas em creche foi destaque no jornal *Folha de Caxias*.

CIDADE 4 FOLHA DE CAXIAS
Segunda-feira, 14 de abril de 2014

Solicitações de vagas escolares são agilizadas

Ação da Defensoria Pública iniciou na quinta-feira (10) com mais de 110 atendimentos.

Um modelo realizado pela Defensoria Pública do Estado (DPE) visa atender em torno de 600 famílias caxienses que procuram por vagas em creches municipais. Na tarde de quinta-feira (10), mais de 100 pessoas foram atendidas para o encaminhamento das ações judiciais contra a prefeitura de Caxias. Para a sexta-feira (11), entre as 9h e 17h, o número de atendimento ultrapassou 500.

A iniciativa surgiu após o grande número de reclamações que a DPE recebeu em dezembro de 2013. Na época, a falta de contemplados com vagas nas creches públicas de Caxias do Sul foi divulgada, e as que não foram contemplados recorreram à Defensoria para a solicitação de vagas junto ao poder público.

O defensor público Sérgio Nodari Monteiro explica que as



Com o mutirão, a problemática falta de vagas na Educação Infantil de Caxias será resolvida em menos tempo.

Das instantaneamente, resolverem a situação entre as creches e os pais, a ação é de 10 dias. Caxias possui municípios este

junto ao Município nos convênios com escolas particulares, onde foram disponibilizadas mais de 1.500 vagas com mensalidades de até R\$ 600 nestas instituições. O custo é totalmente pago pelo poder municipal", avalia Sérgio Monteiro.

Falta de vagas - As mais de 500 famílias com horário agendado para atendimentos nestes dois dias de mutirão possuem histórias parecidas.

De pois precisar trabalhar e não têm familiares que possam cuidar dos filhos, portanto necessitam matricular os crianças em creches. Com as vagas esgotadas, os pais deixam de trabalhar ou resolvem custear escolas privadas, o que prejudica a renda familiar.

A auxiliar de serviços gerais, Juliana da Silva, 26, é mãe solteira de três crianças. Disse lá está

Na justiça dos homens, defensor público é o senhor dos mais fracos

Com a missão de representar aqueles que não têm condições financeiras de bancar um litígio, a figura do defensor público é o humanismo diante da razão

VALE DO EQUÍVOCO

Quando a situação de um filho de uma família de classe média, o tempo todo lá fora, em tempos de crise, não dá para o pai pagar as despesas da cidade...



Defensor garante a sentença de maior idade ao filho de uma família de classe média

MAIO

19

Dia do Defensor Público

Não existe justiça sem defensor público

A Constituição do Brasil diz que a Defensoria Pública é uma instituição essencial à função jurídica do Estado. Com a missão de garantir o acesso à justiça aos cidadãos, a Defensoria Pública tem o papel social do defensor público...

24 horas

Por mês, cerca de 30 milhões de medicamentos são abastecidos pela Defensoria Pública do Brasil. O serviço é gratuito para a população. Um alerta para o usuário do SUS: não pague por isso!

Aloísio queria voltar a caminhar

A história do indisciplinado Aloísio José dos Santos (59) chegou à Defensoria Pública depois de uma acidente ocorrido em 2010. No início, para conseguir financiar a casa própria o marido de Crisiane do Sul dividiu a remuneração com o empregador...



Alô de Rita Zanetti, Aloísio fez sua vida e o tempo se passou. Ela não se lembra de como é hoje.

Autonomia garante isenção

A Defensoria Pública foi instituída pela Constituição Federal de 1988. No Rio Grande do Sul, foi regulamentada em 1994, durante o governo de Alexandre de Gusmão (PSD). O primeiro concurso público para defensor no Estado ocorreu em 2002...

Para a região

A Defensoria Pública foi instituída oficialmente em Lajeado, no ano de 2002. O atendimento ao público ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 18h. O atendimento e atendimento prioritário ocorre no turno da tarde...

Defensor, profissão de fé

Marcelo da Silva (43) sempre quis ser advogado. Nascido em Porto Alegre e criado em Teresina, no Ceará, logo quis estudar Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro...

Um advogado não tem um escritório, não tem uma casa, não tem um computador pessoal. Defensor público não tem escritório, não tem casa, não tem computador pessoal. Defensor público não tem escritório, não tem casa, não tem computador pessoal...

Defensor público não tem escritório, não tem casa, não tem computador pessoal. Defensor público não tem escritório, não tem casa, não tem computador pessoal...



Do 24h defensor público e do 24h de defesa do poder de defender o cidadão

Enquanto eu estudava, pensava em ajudar as pessoas. Marcelo da Silva, defensor público

Defensoria Pública: há 20 anos a favor do povo

Instituição está presente em 90% dos municípios

GUSTAVO HEINEMANN

No dia 19 de maio, a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul completará 20 anos de atuação. A entidade está presente em 90% dos municípios do Estado e preparou uma programação de eventos alinhados à data até 23 de maio. Em visita à sede do Grupo Sim...

Rádio ABC 900am

Veículo: Jornal NH

Data de publicação: 15/05/2014

Assunto: Aniversário da DPERs é destaque no Jornal NH.

Veículo: O Informativo

Data de publicação: 25/04/2014

Assunto: Atuação da Defensoria Pública é destaque no jornal O Informativo, de Lajeado.



EM SINTONIA CONTRA A VIOLÊNCIA

Trabalho conjunto entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência e a Defensoria Pública do Estado, foi inaugurado ontem o **Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH)** de Porto Alegre. Em todo o Brasil, existem 40 espaços idênticos que servem para atender pessoas vítimas de violência e dar suporte a familiares envolvidos em traumas. Os centros possuem peculiaridades

conforme cada região do país. Na serra do Rio de Janeiro, local que costuma sofrer com temporais e deslizamentos de terra, os atendimentos são focados nos moradores que têm prejuízos com desastres naturais.

– No Rio Grande do Sul, o atendimento é um desdobramento do trabalho da Defensoria com aquelas pessoas que buscam apoio jurídico por estarem sendo

vítimas de violência – explica a ministra **Maria do Rosário** (PT).

Outro enfoque do centro montado na Rua Caldas Júnior será o atendimento a pessoas que sofreram violência por parte de **policiais civis e militares**. O local conta com uma equipe multidisciplinar formada por defensores públicos, psicólogo, assistente social e líderes comunitários.

Veículo: Zero Hora

Data de publicação: 20/05/2014

Assunto: Inauguração do Centro de Referência em Direitos Humanos.

Veículo: TV Record

Programa: Rio Grande no Ar, com André Haar

Data da veiculação: 14/05/2014

Assunto: O Defensor Público-Geral, Nilton Arnecke Maria, falou sobre a atuação da Defensoria Pública no período da Copa do Mundo e estratégias de segurança da Fifa.



ZERO HORA
TERÇA-FEIRA,
20 DE MAIO DE 2014 10

POLÍTICA +

Rosane de Oliveira
rosane.oliveira@zerohora.com.br
@rosaneoliveira



DEFENSORIA NA PRAÇA

Seguindo a orientação do defensor-geral Nilton Arnecke, de sair do gabinete e ir ao encontro da população que precisa dos seus serviços, nesta semana uma unidade móvel da Defensoria Pública está atendendo no Largo Glênio Peres. Até sexta-feira, das 9h às 17h, o micro-ônibus ficará em frente ao chalé da Praça 15, com defensores e servidores orientando a população.

– A população mais carente não conhece seus direitos e não sabe nem como chegar até nós – constata Arnecke.

O atendimento no Centro Histórico de Porto Alegre nesta semana faz parte das comemorações dos 20 anos de criação da Defensoria Pública. No primeiro dia, foram atendidas mais de 400 pessoas. As demandas mais recorrentes envolvem relações de família, do consumidor e casos de revisão criminal.

– Sabia que estariam aqui e vim direto, é mais fácil – disse a aposentada Maria de Lourdes Moraes, que teve um empréstimo feito no nome dela sem autorização.

Veículo: Zero Hora - Coluna Rosane de Oliveira

Data de publicação: 20/05/2014

Assunto: O atendimento da unidade móvel da Defensoria Pública, estacionada no Largo Glênio Peres, foi destaque na coluna da jornalista Rosane de Oliveira, no jornal Zero Hora.

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | videos

MENU | G1 | RIO GRANDE DO SUL | rbs

ELEIÇÕES 2014 | Veja os números da apuração em todo o país na

07/06/2014 23h04 - Atualizado em 07/06/2014 23h18

'Patrulha' avalia risco a moradores de rua antes da Copa em Porto Alegre

Objetivo é prevenir possíveis ataques a quem vive na rua durante a Copa. Trabalho realizado pela Defensoria e pelo MP teve início na sexta-feira (6).

Fernanda Canofre
Do G1 RS

Tweetar 279 Entrar



Veículo: G1 - Portal de Notícias da Globo

Publicação: 9/05/2014

Assunto: A Patrulha dos Direitos Humanos, que tem a parceria da Defensoria Pública, foi destaque no Portal G1.

Veículo: RBS TV/Santa Maria

Programa: Jornal do Almoço

Data de veiculação: 7/07/2014

Assunto: Defensoria Pública realiza Mutirão para atender familiares e sobreviventes da Boate Kiss.



Veículo: Correio do Povo

Data de publicação: 11/07/14

Assunto: Na matéria do Correio do Povo, a Defensora Pública Denise Porto falou sobre os processos no juizado da Infância de Canoas e deu orientações para a população.

Crianças ficam sem escola

Justiça garante vagas na educação infantil, mas Prefeitura de Canoas diz que não há postos vagos

■ LAIRA DE SOUZA SAMPAIO

Mesmo tendo garantido na Justiça o direito a uma vaga na rede pública de educação infantil, muitas crianças não estão na escola em Canoas. Segundo a Defensoria Pública, dezenas de crianças ainda aguardam que a prefeitura os encaminhe para uma de suas creches ou instituições conveniadas. O número exato de crianças nesta situação não foi divulgado pela Justiça, que afirma que os processos chegam durante todo o ano e vêm de todas as classes sociais.

É o caso do pequeno Lucas, que teve o nome trocado para preservar sua identidade. Com 1 ano e 5 meses, filho de uma professora e de um profissional autônomo, o menino foi inscrito no município, mas não foi sorteado. Como o casal não tem condições de pagar uma creche particular, que em Canoas custa, em média, R\$ 650,00 para o turno integral, os pais procuraram a De-

fensoria. Em abril, a Justiça garantiu o direito e, desde então, o casal aguarda que o município os chame. "Na Secretaria de Educação dizem que não tem vaga. Me orientaram a ir toda semana ou, se puder, todos os dias até lá, para mostrar que realmente precisamos", relata a mãe. "Isso é humilhante, pois

não estou querendo nada que não seja de direito", conclui.

A defensora pública Denise Rocha Porto diz que 80% do volume de processos no juizado da Infância de Canoas são pedidos de creche. Ela observa que uma Ação Civil Pública determina que toda criança tenha vaga garantida, sendo assim, pais que não

conseguem pelos trâmites municipais, recorrem ao Judiciário. Porém, a prefeitura alega que não há vagas disponíveis e não cumpre as decisões: "Quando os pais retornam à Defensoria, orientamos para que tragam orçamentos de escolinhas particulares e expedimos uma nova decisão, obrigando a prefeitura a pagar por uma creche particular."

O secretário municipal de Educação, Eliezer Pacheco, é enfático ao dizer que as decisões não são cumpridas por não haver vagas. Segundo ele, as pessoas que recorrem à Justiça são de classe média e poderiam pagar creches, e afirma que, em Canoas, a legislação garante creche para crianças de baixa renda, com base nos padrões usados pelo Bolsa Família. Hoje, a prefeitura paga creche para 1.987 crianças, com custo mensal de R\$ 655 mil. O déficit na educação infantil municipal é de 1,8 mil vagas, que devem ser zeradas com a inauguração de 16 creches até o final do ano.



80% dos processos no juizado da Infância de Canoas são pedidos de creche



Veículo: RBS TV

Programa: Jornal do Almoço

Data de veiculação: 22/07/2014

Assunto: A Dirigente do Núcleo de Defesa da Saúde (Nuds), Defensora Pública Paula Pinto de Souza, orientou sobre o acesso à saúde no programa JA da RBS TV.

O Palácio Piratini pedirá ao Judiciário a suspensão temporária de cerca de 20 pedidos de reintegração de posse que aguardam o cumprimento das decisões em áreas ocupadas irregularmente no Estado. O governo gaúcho também pretende solicitar à Justiça um prazo de 90 dias para que a BM (Brigada Militar) realize a reintegração de posse no antigo terreno da Avipal, localizado na avenida Cavalhada, na Zona Sul de Porto Alegre. A ação policial ocorreria ontem, mas foi adiada para as 7h da próxima terça-feira.

Cerca de 600 famílias ocupam o terreno. Segundo elas, todas estão inscritas no programa Minha Casa, Minha Vida, mas não receberam nenhum parecer da prefeitura ou do governo federal até o momento. Ontem, uma manifestação interrompeu o trânsito na avenida Cavalhada. Conforme o governo gaúcho, tirar cente-



SARAI: prédio construído com recursos do extinto Banco Nacional de Habitação, no Centro de Porto Alegre, foi esvaziado nos anos 1990.

nas de famílias das áreas ocupadas sem criar estrutura para reacomodá-las apenas adia a resolução do problema da falta de moradias.

A Defensoria Pública do Estado apresentou ontem um requerimento à Justiça pedindo o prazo de mais seis meses para o cumprimento, pela

Brigada Militar, da reintegração de posse de um terreno localizado no bairro Hípica, na Zona Sul da Capital gaúcha. A Defensoria utiliza o argumento de que esse período servirá para a criação de condições para que cerca de 300 pessoas deixem o terreno de 11 hectares.

AUTORES – De acordo com o juiz da 1ª Vara Cível do Foro Regional Tristeza, responsável pelos casos dos dois terrenos na Zona Sul da cidade, Alex Gonzalez Custódio, só os autores dos pedidos de reintegração de posse é que podem pedir a suspensão das decisões judiciais. “Não tem como aceitar os pedidos de suspensão, simplesmente, porque nem o Estado nem a Defensoria Pública são partes nos processos. O Estado não tem legitimidade para atuar em uma área privada”, explicou o magistrado.

OCUPAÇÃO SARAI – Construído com recursos do extinto Banco Nacional de Habitação, um prédio localizado no Centro de Porto Alegre acabou sendo repassado à Caixa Econômica Federal e foi esvaziado nos anos 1990. Desde 2005, foi ocupado pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia quatro vezes. A última, em

agosto de 2013, ficou conhecida como Ocupação Sarai. O edifício de sete andares com vista para o Guaíba poderá finalmente ser destinado à sua função original e virar moradia social para cerca de 40 famílias. É o que prevê o decreto assinado no mês passado pelo governo do Estado.

PONTE DO GUAÍBA – A Defensoria também acompanhará o processo de realocação de aproximadamente 500 famílias que terão que desocupar uma área na região da Ilha Grande dos Marinheiros, onde será construída a nova ponte do Guaíba. Segundo a defensora pública Adriana Schefer do Nascimento, que recebeu os representantes da comunidade ontem, essas famílias pretendem ser removidas para uma área de 51 hectares, também na ilha. “A Defensoria vai preservar o direito dessas pessoas à moradia”, disse Adriana.

Veículo: O Sul

Data de publicação: 6/08/2014

Assunto: Atuação da Defensoria como mediadora na Ocupação Sarai é destaque no jornal O Sul

Veículo: Metro
Data de publicação: 12/08/2014
Assunto: O IV Concurso para Defensor Público foi destaque no Jornal Metro.



Defensoria Pública abre concurso para preencher 28 vagas

Oportunidade. Inscrições estão abertas até o dia 3 de setembro. Dos 385 defensores em atuação no Estado, 103 trabalham na capital

A medida em que aumentam as demandas judiciais, a Defensoria Pública trabalha para se aparelhar e acompanhar o crescimento da quantidade de pessoas que a procuram. Dos 385 defensores em atuação no Estado, 103 deles trabalham em Porto Alegre. Ainda há 16 vagas abertas na capital que poderão ser preenchidas com a 4ª edição do concurso que abriu

Saiba mais

4º Concurso Público da Defensoria Pública

- **Vagas.** São 28 vagas para a classe inicial. Já foram aprovadas pela Assembleia Legislativa outras 44 para a classe final. O subsídio é de R\$ 10.000,00.

Em busca de direitos

À frente da comissão do concurso, o defensor público Jaderson Paluchowski destaca que com o crescimento econômico do país e com o maior acesso das pessoas aos bens de consumo, a busca pelos direitos aumentou. "As pessoas estão tendo cada vez mais acesso aos produtos de consumo, querem seus direitos à saúde, no la

Veículo: TVCOM
Programa: Conversas Cruzadas
Data da veiculação: 2/09/ 2014
Assunto: A Dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca), Defensora Pública Claudia Barros, falou sobre o tema adoção.





Veículo: TVCOM

Programa: Conversas Cruzadas

Data da veiculação: 12/09/2014

Assunto: O Subdefensor Público-Geral para Assuntos Jurídicos, Felipe Kirchner, participou do programa Conversas Cruzadas, onde abordou o tema sobre superendividamento.



Veículo: Rádio Gaúcha

Programa: Programa Polêmica

Data da veiculação: 17/09/2014

Assunto: Reintegração de posse foi o tema debatido pelo Subdefensor Público-Geral para Assuntos Institucionais, Marcelo Dadalt, no programa Polêmica da Rádio Gaúcha.

Veículo: Rádio Gaúcha

Programa: Programa Polêmica

Data da veiculação: 30/09/2014

Assunto: O aumento do prazo para o aposentado pagar o empréstimo consignado foi o tema do debate do programa, com participação do Dirigente do Núcleo de Defesa do Consumidor e de Tutelas Coletivas (Nudecontu), Defensor Público Jaderson Paluchowski.



Veículo: Zero Hora

Data publicação:
1/10/2014

Assunto: O Projeto de Modernização Institucional foi tema de reportagem na Zero Hora.

JUSTIÇA | REFORÇO DE R\$ 44 MILHÕES

Defensoria mais próxima da população

FINANCIAMENTO DO BNDES permitirá que o serviço público adote melhorias administrativas e tecnológicas. Um dos projetos prevê deslocamento ao Interior, e planos para o futuro incluem levar mutirões até vilas da Grande Porto Alegre

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul pretende tornar-se efetivamente estadual. Para alcançar esse objetivo, contará com financiamento de R\$ 40 milhões com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de contrapartida do Tesouro do Estado, no valor de R\$ 4 milhões. As ideias principais do Projeto de Modernização Institucional (PMI) são o aprimoramento administrativo e tecnológico, capacitar funcionários e promover ações por todo o território gaúcho. As bases do financiamento foram assinadas ontem.

Com a Defensoria Itinerante, os defensores públicos serão deslocados para realizar mutirões

em processos nos municípios onde a instituição não tem representante. Isso já existe, mas será ampliado. Nesta semana, um grupo de servidores se deslocou para Quaraí, Cacequi e Santana do Livramento, onde não existe defensor ou há escassez de pessoal.

Os funcionários da Defensoria deslocados para o interior do Estado estão mergulhados na análise da situação carcerária dos apenados fronteiriços. Eles verificam, por exemplo, quais têm direito a progressão de regime – como do fechado para o semiliberato – e outros benefícios. Atualmente, existem 385 defensores no Rio Grande do Sul, enquanto os magistrados somam cerca de 800 e os promotores de Justiça, em torno de 700.

– Como somos em número bem menor, optamos por nos deslocar. Temos representantes em 164 cidades e, a partir daí, defensores atuarão nas localidades menores, de forma periódica, em mutirões. Iremos também às vilas da Grande Porto Alegre – explica Larissa Caon, subdefensora pública-geral para assuntos institucionais.

RECURSOS TAMBÉM PARA A ÁREA DE TECNOLOGIA

No ano passado, a Defensoria Pública prestou 571 mil atendimentos. A ideia é ampliar significativamente esse número ainda em 2014. Cerca de 80% da população brasileira é cliente em potencial dos defensores públicos.

Os critérios para o atendimento são falta de condições econômicas para bancar advogado particular, idade avançada ou ser vítima de violência. Os recursos destinados ao projeto servirão também para implementar um plano de gestão de pessoas, capacitação, ensino a distância, reforma da sede e recomposição do parque tecnológico.

PRINCIPAIS INICIATIVAS

- Defensoria itinerante
- Ampliação dos sistemas informatizados
- Estruturação física de locais de atendimento
- Reforma do prédio-sede
- Recomposição do mobiliário
- Capacitação de servidores
- Projeto de ensino a distância

Mutirão Penitenciário beneficia população da Fronteira

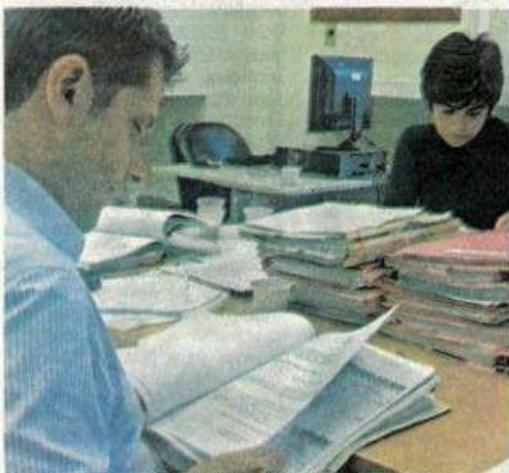


Defensores públicos durante o Mutirão Penitenciário

Levar a Defensoria Pública às regiões onde a população não tem acesso aos serviços da Instituição. Esta é a intenção do Projeto Defensoria Itinerante, que se iniciou nesta terça-feira (30). A ação está inserida no Projeto de Modernização Institucional (PMI), implantado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os municípios escolhidos para a primeira ação, que começou por um mutirão de execução penal, foram Quaraí, Cacequi e Santana do Livramento.

Após a análise de todos os processos dessas três Comarcas, foram atendidos cerca de 70 presos em Quaraí e Cacequi, e 166 em Santana do Livramento. Segundo o Defensor Público-Assessor Institucional Irvan Antunes Vieira Filho, os Processos de Execução Criminal (Pec's) das pessoas que cumprem suas penas restritivas de direito e estão em livramento condicional também serão analisados. No total, foram 400 processos em Santana do Livramento, 150 em Quaraí e 100 em Cacequi. O De-

fensor afirmou que todos foram beneficiados, principalmente em Quaraí e Cacequi, onde ainda a Defensoria Pública não está instalada. Segundo Vieira Filho, "este mutirão tem caráter piloto, pois é a primeira ação do projeto que será realizado durante quatro anos, com os recursos provenientes do BNDES" afirmou. "Ainda este ano, a Defensoria Itinerante promoverá ações em outras áreas (como moradia) e em Municípios ainda não atendidos pela Instituição", completou.



Irvan Antunes Vieira Filho, diz que projeto vai beneficiar população carente

O Projeto
O objetivo do projeto é ampliar o número de atendimentos da Defensoria Pública, proporcionando justiça à população carente mais distante. Além disso, busca democratizar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela Defensoria Pública. A ideia faz parte do Projeto de Modernização Institucional (PMI), desenvolvido pela Defensoria Pública e financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -BNDES.

Unidade Móvel
O projeto ainda conta com uma Unidade Móvel altamente equipada para atendimentos em ci-

dades onde a defensoria ainda não foi instalada. O micro-ônibus conta com dois gabinetes com ar condicionado, internet, tomadas, mesas e cadeiras para os atendimentos, além de banheiro e cozinha montada. Segundo o motorista da unidade móvel, Ricardo, o veículo chama atenção por onde passa. "As pessoas são curiosas e me pedem para entrar e tirar foto nela", comenta. Além do espaço interno, a unidade móvel conta com um toldo na parte superior do micro ônibus. "Quando a gente precisa abrimos o toldo e colocamos as mesas e as cadeiras na rua fazendo um pré atendimento e agilizando todo o processo", relata o motorista.



Unidade Móvel da Defensoria e altamente equipada beneficiara população carente



Veículo possui 2 gabinetes para atendimento ao público

Veículo: Correio do Pampa

Data da publicação: 6/10/2014

Assunto: O projeto Defensoria Itinerante, uma das ações do Projeto de Modernização Institucional (PMI), foi destaque no jornal Correio do Pampa, de Santana do Livramento.



Desafios e Perspectivas

“Art. 98. ...

§ 1º. No prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, observado o disposto no *caput* deste artigo.”



A cada ano que passa a Defensoria Pública vem se consolidando no cenário regional e nacional, constituindo-se em uma Instituição cada vez mais forte e atuante na sua missão de garantir

O fortalecimento necessário para avançar

o acesso à justiça às pessoas em situação de vulnerabilidade.

Esse crescimento advém do trabalho obstinado dos Defensores Públicos, que, em cada atendimento prestado, buscam intensificar a qualidade de suas atividades técnicas e se portam como Agentes comprometidos com os direitos e interesses do povo gaúcho. Contudo, o fortalecimento da Defensoria Pública passa pelo enfrentamento de novos desafios e perspectivas.

No plano normativo, cumpre realinhar a Instituição aos ditames da Emenda Constitucional 80/14

No plano normativo, cumpre realinhar a Instituição aos ditames da

Emenda Constitucional 80/14, a qual reconheceu a permanência e a essencialidade da Defensoria Pública e sua simetria com as demais carreiras autônomas

que compõem o sistema de justiça, reafirmando a sua atuação nas searas da proteção individual e coletiva.

Para o fortalecimento da Defensoria Pública, cumpre executar o Projeto de Modernização



Institucional (PMI), o qual investirá recursos captados junto ao BNDES para melhorar o acesso à justiça de comunidades com alguma dificuldade de utilizar os serviços da Instituição. Para tanto, os recursos serão destinados a levar a DPERS ao cidadão necessitado, utilizando-os para diferentes ações como a Defensoria Itinerante, a estruturação física dos locais de atendimento, a informatização dos processos e a capacitação dos recursos humanos.

Destaca-se, ainda, a continuidade da implantação do quadro

de servidores, o que garantirá um atendimento mais ágil e eficiente para a população assistida.

Saiba mais sobre



Página 73

Nesse contexto,

a Defensoria Pública se constitui, cada vez mais, em uma Instituição do povo e voltada para o povo, e que se propõe a atender a população carente de forma cada vez mais qualificada e humanizada. E essa responsabilidade torna-se ainda maior na medida em que nossos serviços não se

A Defensoria Pública se constitui, cada vez mais, em uma Instituição do povo e voltada para o povo

limitam à resolução de problemas jurídicos,

mas se expandem para o auxílio nas questões que afetam a vida de todos que nos procuram, em direção à almejada pacificação dos conflitos sociais.



Fale Conosco

A large, 3D orange question mark is the central focus. A white, 3D human-like figure stands to the right, with its right hand touching the question mark. The figure is simple, with a round head and no facial features. The background is plain white.

O Fale Conosco é acessado pelo endereço eletrônico da Instituição (<http://www.defensoria.rs.gov.br/contato>), no qual o cidadão pode encaminhar qualquer tipo de sugestão ou dúvida sobre o acesso aos serviços da Defensoria Pública.

No período do relatório, o Fale Conosco recebeu

1.432 solicitações

que incluem contatos de pessoas que residem em outros estados da Federação e até mesmo fora do Brasil, como Itália, Argentina, Uruguai e Bolívia.

Unidades de Atendimento

A Defensoria Pública possui sede em quase todas as Comarcas do Estado, geralmente no interior dos Fóruns ou próximo a eles, realizando expediente das 9h às 12h e das 13h às 18h. Eventualmente, a população poderá receber atendimento em mutirões que a Instituição promove em diversas localidades. A divulgação deste trabalho ocorre pelos meios de comunicação locais e no site da Defensoria.

Para verificar qual a Defensoria Pública mais perto de você, acesse nosso site e confira clicando no mapa ou selecionando a sua cidade.



www.defensoria.rs.gov.br



The screenshot displays the website for the Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. At the top, there is a header with the logo and name of the institution, along with contact information like 'Fale Conosco', 'Ouvidoria', 'Restrito', 'Webmail', and 'Mapa do Site'. Below this is a green navigation bar with three main sections: 'INSTITUCIONAL', 'SERVIÇOS E INFORMAÇÕES', and 'COMUNICAÇÃO'. A search bar is located on the right side of this bar. The main content area features a large image of a community meeting with the caption 'Mutirão das Trabalhadoras Rurais atende comunidades do Norte do Estado'. To the right of the image are social media icons for 'SIGA-NOS' (Twitter, Facebook, RSS) and logos for 'PMI' and 'BNDES'. Below the image, there is a section titled 'QUER SER ATENDIDO?' with three bullet points: 'Quem pode ser atendido?', 'Quando posso ser atendido?', and 'Onde posso ser atendido?'. Further down, there is a map of the state of Rio Grande do Sul with a magnifying glass over the 'Interior' region. A dropdown menu labeled 'LOCALIZE CIDADES' is visible, with the text 'Selecione...' and a downward arrow. At the bottom right, there is a phone number: '0800 644 5556'.

Relatório Anual 2014 - Realização

Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Institucionais

Subdefensor Público-Geral para Assuntos Institucionais
Marcelo Dadalt

Comissão Editorial

Defensor Público Irvan Antunes Vieira Filho (Presidente)
Defensora Pública Loraina Raquel Scottá
Defensor Público Paulo André Carrard
Defensor Público Rodolfo Lorea Malhão
Jornalista Caroline Moreira Tatsch

Colaboradores

Ana Cristina Wächter
Bruno Dalpian Heis
Jeferson Santos Ramalho
Laurence Caetano Sabin
Sophia Martini Vial

Agradecimentos Especiais

Defensores Públicos Arion Escorsin de Godoy, Domingos Barroso da Costa, Luiza do Carmo Martins e Mauro Kaufmann Pereira. Traduzca.

Fotografias

Raphael Seabra, Luiz Zadra, Ascom/DPERS, Secom/RS

Apresentado em Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aos doze dias do mês de novembro do ano de 2014.

Foto: Agência de Fotos/Palácio Piratini



A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

No sistema jurídico brasileiro, a Defensoria Pública é a Instituição autônoma de Estado encarregada de propiciar acesso à Justiça aos cidadãos necessitados, prestando-lhes orientação jurídica e defesa, além de promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos e do ordenamento legal.

Os Defensores Públicos são agentes políticos que ingressam na carreira por meio de concurso público. Promovem a solução de conflitos, prioritariamente pela via amigável, mas, também, em processos administrativos e judiciais perante todos os órgãos e instâncias, assegurando a efetivação de garantias constitucionalmente estabeleci-

das, como a ampla defesa e o devido processo legal.

A Defensoria Pública brasileira possui legitimidade para a tutela de direitos coletivos para beneficiar grupos ou pessoas consideradas jurídica ou socialmente vulneráveis. Também atua a Instituição por meio de atendimento interdisciplinar, com servidores de carreiras de apoio aptos ao exercício de suas atividades, tudo no intuito de proteção e defesa da população hipossuficiente.

Ao mesmo tempo em que exerce essa gama de atribuições, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande Sul preza pela promoção dos direitos humanos também aos estran-

geiros, sejam aqueles residentes no Brasil, sejam turistas. Tal atribuição institucional ganha especial relevância quando da realização de megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, períodos em que, obviamente, haverá um grande incremento do turismo estrangeiro em todo o país.

Enfim, muito além de atender a população hipossuficiente, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul preocupa-se com o amparo de vulneráveis estrangeiros em atendimento direto e em participação de missões em que há troca de conhecimentos teórico-práticos de relevância internacional.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FOTOS DA CAPA:
Camila Domingues/Palácio Piratini
Luiz Silveira/ Agência CNJ
Raphael Seabra